



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SAN – Edifício DNIT – 2º andar, Brasília/DF, CEP 70040-902
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.cidadania.gov.br

EDITAL Nº 25/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2021

PROCESSO Nº 71000.063315/2021-49

Torna-se público que o(a) o(a) Ministério da Cidadania, por meio do(a) Pregoeiro(a) designado(a) pela Portaria n.º 618, de 25 de outubro de 2021, da Coordenação de Licitações, sediado(a) no SAN, Quadra 03, Lote A, Ed. Núcleo dos Transportes – DNIT, sala 23.25, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por grupo**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por **preço unitário**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLT/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão pública: 05/01/2022

Horário: 10h00min.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação** de serviços de subscrição de solução de software de Mascaramento e Controle de Dados Dinâmicos, bem como contratação de serviços especializados pelo o período de 12 (doze) meses, na forma de serviços continuados, sob demanda, executados sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 03 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Cada serviço ou produto do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, e a eventual incidência sobre cada item das margens de preferência para produtos e serviços que atendam às Normas Técnicas Brasileiras - NTB

2. DO VALOR ESTIMADO E DOS DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor estimado da contratação é de R\$ **R\$ 15.880.206,21** (quinze milhões, oitocentos e oitenta mil e duzentos e seis reais e vinte e um centavos), conforme item 8 do Termo de Referência:

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Métrica ou Unidade	Valor Unitário (Estimado)	Valor Anual (Estimado)
1	Subscrição de software de mascaramento de dados	16	Terabyte (TB)	R\$ 492.844,34	R\$ 7.885.509,50
2	Subscrição de software de controle de dados dinâmicos	16	Terabyte (TB)	R\$ 418.856,85	R\$ 6.701.709,57
3	Serviços especializados de consultoria e apoio na utilização da solução	48	Perfil/Mês	R\$ 26.937,23	R\$ 1.292.987,14
TOTAL					R\$ 15.880.206,21

2.2. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na

classificação: funcional programática 04.122.0032.2000.0001 - Administração da Unidade, PTRES 174560, FT. 0100, PI M20004160BY, sendo R\$ 14.587.219,07 na Natureza de Despesa 449040 e R\$ 1.292.987,14 na Natureza de Despesa 339040 - Unidade Gestora 550005 - CGLC.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

4.2.9. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”

em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLT/MMP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5.9. que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.

4.5.9.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOC

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desse documento.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n. 5/2017..

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.*

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco

por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24.0.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.24.0.2. prestados por empresas brasileiras;

7.24.0.3. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.0.4. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.25. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.26.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.28. Será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

7.28.1. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de composição de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.5.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.5.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n. 1455/2018-TCU- Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.5.4.2. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.4.3. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de composição de preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, os quais deverão ser apresentados, no **prazo máximo de 2 (dois) dias úteis**, contado da solicitação do Pregoeiro(a), no Protocolo Central do Ministério da Cidadania, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", Térreo, sala T-40, CEP: 70.054-906 – Brasília/DF, em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

MINISTÉRIO DA CIDADANIA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2021
ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E
PROPOSTA COMERCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
LICITANTE: _____
CNPJ No _____

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1

(um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.10.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.2.1. Para a qualificação técnica do presente certame, as licitantes deverão apresentar atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) a disponibilização de solução de software de mascaramento e controle de dados dinâmicos, aplicada sobre um volume mínimo de 6 (seis) *Terabytes* de dados brutos, bem como a execução satisfatória de serviços subjacentes de instalação, configuração suporte desta solução.

9.11.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não

apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DA PROVA DE CONCEITO

10.1. O licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, que atender a todos os requisitos de habilitação, será convocado para realizar Prova de Conceito.

10.2. A Prova de Conceito visa à aferição da real capacidade da Solução Tecnológica ofertada pelo licitante e será realizada conforme descrito no Termo de Referência, Anexo ao presente Edital.

10.3. No caso de o licitante ofertante do melhor lance não passar na Prova de Conceito, o pregoeiro convocará o próximo licitante detentor de proposta válida, obedecida a classificação na etapa de lances, até que um licitante cumpra os requisitos previstos neste Edital e no Termo de Referência e seja declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. apresentar a Planilha de composição de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor,

11.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993, conforme previsão no termo de referência (item 10.1)

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá

regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não mantiver a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.3.2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de

investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@cidadania.gov.br.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o

dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço SAN, quadra 03, lote A, Ed. Núcleo dos Transportes – DNIT, 2º andar, sala 23.25 nos dias úteis, no horário das 09:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos;

23.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Ribeiro Alves Moraes**, **Coordenador(a)-Geral de Licitações e Contratos**, em 21/12/2021, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **11735546** e o código CRC **78DA98AF**.

0.1.

Referência: Processo nº 71000.063315/2021-49

SEI nº 11735546



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 71000.063315/2021-49

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de subscrição de solução de software de Mascaramento e Controle de Dados Dinâmicos, bem como contratação de serviços especializados pelo o período de 12 (doze) meses, na forma de serviços continuados, sob demanda, executados sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme especificações estabelecidas neste instrumento.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. A solução de TIC para atendimento das necessidades levantadas consiste na subscrição de software de identificação e mascaramento de dados sensíveis, em conformidade com as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e de entrega de cópias de dados de forma rápida, econômica e segura para simplificar o processo de disponibilização de dados bem como para impulsionar o desenvolvimento de aplicativos de forma eficiente e de alta qualidade. Além disso, contempla a prestação de serviços especializados de instalação, consultoria, treinamento e apoio na utilização da solução.

2.2. A presente solução contempla ainda a realização de serviços especializados de instalação, consultoria, treinamento e apoio na utilização da solução. A execução dos serviços de apoio especializado será realizada por meio da atuação de perfis profissionais, sob demanda. A execução de tais serviços deve sempre estar vinculada à entrega de produtos e de forma que o CONTRATANTE possa renunciar aos serviços a qualquer tempo, caso considere conveniente, conforme condições especificadas neste documento. Além disso, todo e qualquer serviço executado ou produto entregue será monitorado por meio de níveis mínimos de serviço previstos no item 7.3 deste documento, que serão aplicados para regular a produtividade e a qualidade da execução dos serviços.

2.3. Bens e serviços que compõem a solução

LOTE ÚNICO				
Item	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Métrica ou Unidade	CATSER
1	Subscrição de software de mascaramento de dados	16	Terabyte (TB)	27472
2	Subscrição de software de controle de dados dinâmicos	16	Terabyte (TB)	27472
3	Serviços especializados de consultoria e apoio na utilização da solução	48	Perfil/Mês	26972

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.1.1. O Ministério da Cidadania (MC) é um órgão da administração direta, criado e alterado por meio do Decreto nº 9.674/2019, no dia 2 de janeiro de 2019 composto pela unificação do Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte e Ministério da Cultura, e alterado posteriormente pelo Decreto nº 9.919/2019, no dia 18 de julho de 2019 (transferindo o Conselho Superior do Cinema para a Casa Civil da Presidência da República) e Decreto nº 10.107/2019, no dia 6 de novembro de 2019 (transferindo os órgãos relacionados ao extinto Ministério da Cultura para o Ministério do Turismo) fazendo parte de sua estrutura básica. Em 20 de maio de 2020, no Decreto nº 10.357, foi aprovada a nova Estrutura Regimental do Ministério da Cidadania.

3.1.2. As políticas públicas conduzidas pelo Ministério da Cidadania alcançam os 26 estados da federação, o Distrito Federal e a totalidade dos 5570 municípios. Tal cobertura só é possível com o uso de tecnologias da informação e comunicação, que possibilitam processar dados e informações em larga escala, além de permitir a manipulação e a produção de informações estratégicas para as políticas públicas desenvolvidas por este Ministério. Entretanto, este processamento de informações contempla o tratamento de informações pessoais sensíveis abarcado pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

3.1.3. A LGPD (Lei nº 13.709/2018) foi sancionada em 14/08/2018, entrou em vigor em 18/09/2020 e as penalidades começaram a ser aplicadas a partir de 01/08/2021. As sanções vão desde advertências até multas de 50 milhões de reais para órgãos públicos e empresas físicas ou virtuais que descumprirem as normas de proteção de dados pessoais. A LGPD veda o tratamento de informações pessoais sem o devido consentimento e sem a devida garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular das informações. A LGPD exige o consentimento explícito para coleta e uso dos dados e obriga a oferta de opções para o usuário visualizar, corrigir e excluir esses dados, o que pode demandar um grande volume de alterações nos diversos sistemas existentes no âmbito do Ministério. Entretanto, segundo o artigo 12º da LGPD, os dados anonimizados não são considerados dados pessoais, sendo uma das poucas hipóteses em que podem ser tratados sem o consentimento explícito do usuário. Assim, a LGPD recomenda a anonimização (mascaramento) dos dados pessoais sensíveis, sempre que possível, no sentido de garantir a segurança e permitir o tratamento dessas informações.

3.1.4. Devido à importância e criticidade de operacionalização dos programas e políticas sociais sob a responsabilidade deste Ministério, os quais têm um alcance nacional, faz-se necessário que o órgão possua um processo eficiente de disponibilização de informações, tanto para atender a demanda por informações estratégicas, quanto para impulsionar o desenvolvimento rápido e de alta qualidade de aplicativos.

3.1.5. A Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI) é a unidade responsável por orientar e supervisionar o processo de alocação de recursos, de aquisição de hardware e

software e de contratação de prestação de serviços especializados em tecnologia da informação e comunicação e segurança da informação do Ministério da Cidadania. Além disso, é responsável por implementar as políticas e as diretrizes de segurança da informação, em conjunto com o Comitê-Executivo de Tecnologia da Informação.

3.1.6. Ao longo dos anos o Ministério tem investido em recursos de tecnologia da informação e comunicação, de forma a assegurar o desempenho de suas atividades institucionais, possibilitando o tratamento de um grande e variado conjunto de informações. A necessidade de disponibilização dos dados de forma segura não só atende aos princípios do interesse público, publicidade e transparência, bem como à princípios de eficiência e eficácia, uma vez que a própria esteira de desenvolvimento e manutenção de sistemas demanda o provisionamento de diversas massas de dados, da forma mais eficiente e segura possível. Deste modo, o atendimento a tais princípios está intimamente relacionado à possibilidade do acesso aos dados com velocidade e independência para diversas finalidades, ao tempo que se garanta a economia no armazenamento desses dados bem como a segurança na movimentação, impedindo o acesso não autorizado a informações sensíveis por desenvolvedores ou demais usuários.

3.1.7. Para que o Ministério possa disponibilizar seus dados diferentes finalidades, para execução de projetos de desenvolvimento de sistemas ou mesmo para atendimento de demandas de acesso à informação, é necessária a adoção de tecnologias que forneçam maior acesso e controle sobre os dados, de forma a permitir a disponibilização imediata de dados, sem a necessidade de realização de operações manuais de gerenciamento de dados. A dependência de interações entre usuários e a área técnica, para cada operação de dados, é ineficiente e pode levar a atrasos indesejados, uma vez que os profissionais administradores de banco de dados geralmente são sobrecarregados e a resolução de problemas de alta prioridade tem precedência sobre as solicitações de dados pelos usuários. Tal tecnologia, além de permitir que os usuários de dados sejam mais produtivos, melhorando drasticamente a eficiência operacional, deve utilizar abordagens que consumam o mínimo de recursos possível, bem como permita a aplicação de regras de segurança e de transformações nos dados para garantir, por exemplo, a proteção de dados pessoais.

3.1.8. Assim, com a contratação dos serviços pretendidos neste Termo de Referência, objetiva-se prover a capacidade de controle de dados dinâmicos, que permita a entrega eficiente e sob demanda de dados para os usuários, e que permita ainda o mascaramento das informações pessoais sensíveis disponibilizadas, de modo a suportar adequadamente as soluções tecnológicas e serviços de TI do Ministério da Cidadania, habilitando o atingimento dos objetivos estratégicos institucionais.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
Objetivos Estratégicos da Estratégia de Governo Digital (EGD 2020-2022)	
Objetivo 10 - Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito do Governo federal	
Iniciativa 10.1. Estabelecer método de adequação e conformidade dos órgãos com os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados, até 2020.	
Iniciativa 10.2. Estabelecer plataforma de gestão da privacidade e uso dos dados pessoais do cidadão, até 2020.	
Plano Estratégico Institucional do Ministério da Cidadania (PEI 2019-2022)	
Objetivo Estratégico 2.1 - Aprimorar estruturas e mecanismos de governança e gestão.	
Objetivo Estratégico 3.2 - Prover soluções logísticas e tecnológicas integradas, seguras e de alto desempenho.	
Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI 2021-2022)	
Mapa Estratégico - Resultados Ampliar e fortalecer a transparência e confiabilidade dos serviços e soluções de TI que suportam os processos de negócio e promover a privacidade dos dados pessoais.	
Mapa Estratégico - Processos Internos - Eficiência Operacional Aprimorar as práticas e os controles de segurança da informação e de proteção de dados pessoais	
Promover a privacidade desde a concepção e durante todo o ciclo de vida do tratamento dos dados pessoais	
Política de Governança de Tecnologia da Informação	
Contratação alinhada à Política de Governança de Tecnologia da Informação do órgão, instituída pela Portaria nº 162, de 10 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 13 de fevereiro de 2017.	

Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2021-2022)		
ID	Objetivos Estratégicos de TI	
OETI02	Prover sistemas e soluções de TI alinhadas às necessidades das áreas de negócio	
OETI04	Aprimorar as práticas e os controles de Segurança da Informação e de proteção de dados pessoais	
OETI10	Promover a privacidade desde a concepção e durante todo o ciclo de vida do tratamento dos dados pessoais	
ID	Necessidade	
NL1 a NL40	Prover licenciamento de ferramentas de apoio às atividades das áreas de negócio	
ID	Ação do PDTI	Meta do PDTI associada
NL.M1	Adquirir, manter e atualizar os softwares e ferramentas	Elaborar Planejamento das Contratações de TI
		Realizar a contratação dos bens/serviços
		Implantar bens/serviços na infraestrutura de TI
		Executar os serviços de desenvolvimento

		Homologar produtos/entregáveis
		Implantar a demanda em produção
ID	Necessidade	
NG5	Aprimorar os processos de gestão de segurança da informação e de proteção de dados pessoais	
ID	Ação do PDTI	Meta do PDTI associada
NGX.M1	Identificar os ativos de informação que dão suporte aos dados pessoais tratados pela STI	Mapear e inventariar os ativos de informação e dados pessoais
NGX.M3	Implementar ou melhorar os controles de segurança da informação e de proteção de dados de acordo com o plano de tratamento dos riscos	Implementar e melhorar os controles de segurança da informação e de proteção de dados pessoais

ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PAC 2021)	
Item	Descrição
849	Mascaramento de Dados

3.3. Estimativa da demanda

3.3.1. Durante a realização dos estudos técnicos preliminares, foi solicitado à Coordenação-Geral de Gestão da Informação (CGGI), em conjunto com a Coordenação-Geral de Infraestrutura (CGINF), um levantamento do volume de dados de produção mantidos pela STI. Apesar do fato de que existem conjuntos de dados contendo informações pessoais sensíveis mesmo em ambientes não produtivos, um dos objetivos da presente contratação é justamente utilizar a solução contratada para identificar dados sensíveis que possam ser migrados para os demais ambientes de forma anonimizada.

3.3.2. As informações foram extraídas a partir dos principais sistemas gerenciadores de banco de dados do Ministério da Cidadania em atividade, bem como de sistemas de arquivos. Com base neste levantamento, foi totalizado um volume bruto de 16 Terabytes.

3.3.3. Para execução dos serviços especializados, é necessária a utilização de uma média de 4 (quatro) profissionais que devem se enquadrar nos perfis descritos no item 6.1.3 deste Termo de Referência.

3.3.3.1. A estimativa utilizada para o quantitativo a ser contratado, no item 2.3, se baseia na alocação média de 3 (três) perfis técnicos e 1 (um) perfil de análise de necessidades de adequação à LGPD.

3.3.3.2. A alocação dos perfis não está vinculada à essa estimativa média mensal, podendo variar em quantidade e proporção de acordo com a necessidade do Ministério da Cidadania.

3.3.4. Os serviços serão executados sob demanda, mediante abertura de Ordens de Serviço (OS) previstas no item 6.1.3 deste documento.

3.4. Modelo de Remuneração

3.4.1. Durante a pesquisa de compras públicas similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, foi possível constatar que o fornecimento de soluções similares é realizado por volume de armazenamento. Considerando que esta unidade de medida é universal, e que sempre é possível medir com precisão o volume dos dados armazenados, foi mantido o modelo de fornecimento por "Terabytes", a fim de maximizar a possibilidade de comparação de preços.

3.4.2. Quanto aos serviços técnicos especializados, foi adotado um modelo de remuneração que prevê a atuação de perfis profissionais para prestação de serviços técnicos de instalação, configuração, consultoria e apoio na utilização da solução somente após emissão de ordem de serviço, e será remunerada após a conclusão dos serviços e entrega dos produtos, pelos perfis efetivamente utilizados na efetiva prestação dos serviços. Cada ordem de serviço será acompanhada do respectivo Plano de Trabalho, pactuado entre as partes antes do início da execução dos serviços, contendo a lista de produtos e serviços a serem entregues a cada ciclo mensal, bem como o prazo de entrega a ser observado. A cada entrega, o CONTRATANTE irá monitorar a execução dos serviços com base no Plano de Trabalho pactuado, com base nos níveis mínimos de serviço de qualidade e produtividade previstos neste documento.

3.4.2.1. A adoção de tal modelo decorre do fato de que não se conhece métrica associada ao presente objeto que seja apropriada para fins de remuneração. Além disso, destaca-se achado de auditoria onde serviços pagos nas métricas que usualmente vinham sendo utilizadas nas contratações de TI, tal como a Unidade de Serviço Técnico (UST), podem não trazer resultados satisfatórios, conforme Relatório de Auditoria TCU 015.290/2018-6, item 40:

"40. Os fatos de que há uma mesma quantidade de UST sendo executada mensalmente, de não existir análise dos indicadores estabelecidos, e de que não são verificados os resultados destas atividades leva à conclusão de que tais atividades, apesar de serem pagas em UST, não são vinculadas a resultados, contrariando frontalmente o que dispõe a Súmula 269 do TCU:

Nas contratações para a prestação de serviços de tecnologia da informação, a remuneração deve estar vinculada a resultados ou ao atendimento de níveis de serviço, admitindo-se o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço somente quando as características do objeto não o permitirem, hipótese em que a excepcionalidade deve estar prévia e adequadamente justificada nos respectivos processos administrativos."

3.4.2.2. Mais recentemente e reiterando os estudos que já vinham sendo realizados há alguns anos, o Tribunal de Contas da União (TCU), após auditoria em 55 contratos de TI entre 2019 e 2020, constatou deficiência na estimativa de preços da UST, dimensionamento do quantitativo da UST baseado em parâmetros injustificados e impossibilidade de preços condizentes com o mercado. Houve, ainda, a não vinculação dos serviços a resultados, além da deficiência ou inexistência de instrumentos para a necessária fiscalização contratual. Segue abaixo trecho do Acórdão nº 1508/2020–TCU–Plenário, resultante da referida auditoria:

"16. Em face dessa deficiência na estimativa de preços nas contratações em UST, do dimensionamento dos quantitativos de UST baseado em parâmetros injustificados, da incomparabilidade e da heterogeneidade das contratações, para além, ainda, da impossibilidade de avaliar a economicidade a partir, somente, dos preços unitários em si, a utilização da UST ampliaria o risco de contratações antieconômicas com o subjacente dano ao erário."

3.4.2.3. Ainda no mesmo sentido, o Acórdão nº 2037/2019–TCU–Plenário, do qual transcreve-se trecho abaixo, recomenda:

"9.1.3.3. avaliar, durante o planejamento da contratação do serviço de TI, alternativas à métrica UST, bem como documentar as justificativas da escolha;"

3.4.2.4. Logo, inexistindo até o presente momento, métrica derivada do produto de projeto de TI que, por si só, seja adequada para fins de pagamento, decidiu-se por adotar modelo de remuneração baseado no atendimento de níveis mínimos de serviço, em harmonia com o que estabelece a jurisprudência do TCU, a saber: Acórdão nº 47/2013–TCU–Plenário e Acórdão nº 1.125/2009–TCU–Plenário.

3.4.2.5. Neste ponto, mostra-se oportuno reproduzir trecho do voto condutor do referido Acórdão nº 1.125/2009–TCU–Plenário:

"A jurisprudência do Tribunal acena no sentido da inconveniência do modelo de remuneração baseado apenas em horas trabalhadas, uma vez que essa opção não assegura a realização do objeto, o que atentaria contra o princípio da eficiência. Conforme verificado nos argumentos apresentados pela Infraero e nos termos do citado Edital, foram definidos critérios para mensurar parte dos serviços a serem executados ('apoio técnico especializado e manutenção corretiva' e 'manutenção evolutiva, adaptativa e perfectiva'), no percentual de 46% do objeto inicialmente previsto. Contudo, não há mensuração para o restante do objeto licitado.

Verifica-se um modelo híbrido na execução dos serviços a serem contratados, já que, conforme os critérios para aceitação dos serviços, a mensuração será feita com base em horas trabalhadas e em resultados.

É possível identificar que os procedimentos adotados pela Infraero estão em consonância com os Acórdãos 667/2005–TCU–Plenário e 786/2006–TCU–Plenário, já transcritos no Relatório precedente, uma vez que a Infraero estabeleceu critérios de mensuração dos serviços, estimativa prévia do volume de serviços demandados, critérios de avaliação das especificações e quantidade dos serviços, ferramenta de acompanhamento e fiscalização e ordem de serviço.

Dessa forma, em que pese a mensuração dos serviços não se basear em remuneração por resultados, in totum, não se verifica irregularidade apta a comprometer a lisura o certame em análise."

3.4.2.6. Importa ressaltar que o TCU entendeu, nos Acórdãos mencionados, que tal modelo não afronta a legislação vigente, nem a jurisprudência do Tribunal para contratação de serviços de tecnologia da informação, pois atende à diretriz de pagamento por resultado. Vale destacar, ainda, que na área de TI, o termo "resultado" significa a entrega de fato, a qual venha a gerar valor negócio para o órgão, e não somente a realização de atividades que não alcancem o objetivo esperado pelas áreas finalísticas e demandantes de tais serviços.

3.5. Parcelamento da Solução de TIC

3.5.1. A contratação da presente solução será realizada em lote único, conforme previsto na legislação^[4]. Isso porque ao gerar uma cópia virtual de dados mascarados, é imprescindível que se o processo de mascaramento falhar, a disponibilização da cópia de dados também deverá falhar, tornando impossível a apresentação de clones parcialmente mascarados. Nos cenários que contemplam a contratação separada da solução de disponibilização, acesso e controle de cópias virtuais de dados e a solução de mascaramento de dados, não é possível garantir a integração mínima de ambas as soluções a fim de que este requisito seja atendido.

3.5.2. A impossibilidade de realização do mascaramento concomitantemente ao processo de virtualização poderia significar uma falha de segurança, uma vez que demandaria a criação de cópias virtualizadas com informações reais, passíveis de serem acessadas antes do processo de mascaramento. Tais razões implicam na necessidade de perfeita integração entre ambas as soluções, não sendo tecnicamente viável, para fins do presente projeto, a separação desses itens em lotes distintos.

3.5.3. Outra questão relevante para decisão referente ao parcelamento da presente solução é que, conforme verificado nos estudos técnicos preliminares, é possível encontrar soluções de mercado que atendem plenamente aos itens da forma como está sendo proposto acima. Foi constatado na pesquisa que o mascaramento de dados frequentemente é fornecido através de uma camada de replicação de dados ou cópia de virtualização, resultando em um conjunto de dados estaticamente mascarado no ambiente de destino. Foi constatado ainda que a virtualização de dados de teste é uma tecnologia cada vez mais popular quando usada em combinação com o mascaramento de dados, para acelerar o provisionamento e atualizações para ambientes-alvo, além de reduzir significativamente a quantidade de armazenamento exigida por esses ambientes.

3.6. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.6.1. Redução significativa da despesa no acesso aos dados do Ministério, mantidos pela STI, evitando que os usuários requisitantes de dados abram ordens de serviço para execução de operações de gerenciamento de dados;

3.6.2. Permitir que os usuários obtenham os dados de que precisam, quando precisam, e, ao mesmo tempo, fornecer aos administradores os controles necessários para garantir que os recursos sejam contabilizados adequadamente;

3.6.3. Aumento da produtividade no desenvolvimento de projetos que consomem dados, com redução do retrabalho, eficiência na alocação de recursos críticos bem como na criação de ambientes de desenvolvimento, homologação e testes;

3.6.4. Redução de custos com projetos que consomem dados, principalmente na manutenção de ambientes de homologação, bem como redução de custos de armazenamento de dados, necessitando manter apenas uma base física e disponibilizando cópias virtuais para os requisitantes dos dados;

3.6.5. Adoção de um conjunto de processos e controles que permitam gerir e racionalizar os serviços de tecnologia da informação, de forma a aumentar a qualidade e a produtividade, diminuir os custos e evitar descontinuidade nos serviços prestados, sobretudo no atendimento ao público interno e externo;

3.6.6. Capacidade movimentação de dados entre Centros de Dados ou qualquer outro serviço de Nuvem que seja requerido, de forma transparente;

3.6.7. Possibilidade de criação de réplicas de ambiente de produção para testar

atualizações de segurança ou atualizações de versão, para ter agilidade no controle de versão de toda alteração em ambiente de produção, bem como para automatizar todos os processos críticos de movimentação de dados, reduzindo o contato de usuários privilegiados com dados produtivos;

3.6.8. Segurança na movimentação de dados, evitando o acesso a dados de informações pessoais por desenvolvedores ou demais usuários com acesso privilegiado.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para a solução de software a ser adquirida, será obrigatório, no momento da contratação, o atendimento dos requisitos descritos abaixo. As funcionalidades da solução e demais requisitos técnicos serão conferidos na fase da aceitabilidade da proposta, após a fase de lances, ocasião na qual será exigida da arrematante a realização de prova de conceito que valide os requisitos da solução.

4.2. Requisitos de Negócio

4.2.1. Aprimorar os processos de gestão de segurança da informação e de proteção de dados pessoais.

4.2.2. Permitir a realização de tratamento de dados pessoais garantindo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, em atendimento à Lei nº 13.709 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.2.3. Apresentar cópias de dados reais, com dados sensíveis anonimizados, isolados do ambiente produtivo, garantindo assim a máxima fidelidade e usabilidade dos dados para fins de desenvolvimento, teste, análises de negócio ou qualquer outro caso em que o dado real (todo ou em parte) não seja necessário.

4.2.4. Entregar cópias de dados de forma rápida, econômica e segura, sem a necessidade de realização de operações manuais de gerenciamento de dados, visando a simplificação do processo de disponibilização de dados.

4.2.5. Gerar dados realísticos, como nomes, documentos e endereços nacionais, utilizando outros métodos de anonimização dos dados além das cadeias aleatórias de caracteres.

4.2.6. Permitir identificar e mascarar dados de documentos nacionais, como CPF, CNPJ, RG, RENAVAL, placas veiculares, bem como nomes, endereços, correios eletrônicos, além dos dados mais comuns cobertos pela LGPD, com flexibilidade para inclusão de dados sensíveis ou confidenciais específicos do Ministério da Cidadania.

4.2.7. Manter, ao mascarar dados de documentos nacionais, a consistência de dígitos verificadores ou da estrutura de matriz e filial (no caso do CNPJ).

4.2.8. Possuir flexibilidade de customização, possuindo, além de pacotes específicos para dados mais comuns cobertos pela LGPD, flexibilidade para inclusão de dados sensíveis ou confidenciais específicos do negócio.

4.2.9. Permitir a integração com os principais bancos de dados atualmente em uso no Ministério da Cidadania, bem como com arquivos de dados não estruturados.

4.2.10. Realizar o processo de mascaramento de forma integrada ao processo de distribuição e apresentação dos dados.

4.2.11. Fornecer todas as funcionalidades de forma integrada, sem a necessidade de aquisições avulsas de funcionalidades, permitindo o acesso irrestrito e ilimitado do Ministério da Cidadania à solução, independentemente da quantidade de usuários internos necessários para sua operação ou uso.

4.3. Requisitos Técnicos e Funcionais

4.3.1. Constam no Anexo A deste documento.

4.4. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.4.1. Os profissionais da CONTRATADA deverão atuar no ambiente tecnológico do CONTRATANTE, incluindo eventuais mudanças para outras ferramentas, tecnologias ou versões que vierem a ser adotadas durante a vigência do contrato, sem ônus para o CONTRATANTE.

4.4.2. Atualmente, o ambiente tecnológico do CONTRATANTE é formado por:

4.4.2.1. Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBDs): Teradata versão 15.x, IBM DB2 UDB versões 10 e 11.x, Oracle versões 12.1, 18.3, PostgreSQL versões 8.x e 9.x, 10.4 e 11.5, MySQL versão 5, MS Access, ZODB e MS SQLServer versões 2005, 2008, 2012 e 2016, Firebird 3.0 e MongoDB 3.2;

4.4.2.2. Linguagens procedurais de Bancos de Dados: Teradata Stored Procedure Language, SQL/PL (DB2), PL/SQL (Oracle) e PL/pgSQL (PostgreSQL);

4.4.2.3. Ferramentas de Business Intelligence (BI): SAP Business Objects (BO) versão 4.2, QlikView versão 12.x e QlikSense 13.x;

4.4.2.4. Ferramentas de Modelagem de Dados: Sybase Power Designer 16.5;

4.4.2.5. Ferramentas de ETL: IBM DataStage versão 11.x, Teradata Parallel Transporter - TPT e Informatica PowerCenter versão 9.6.0;

4.4.2.6. Sistemas Operacionais: Windows Server, 7, 8, Vista e XP, Linux RedHat, Debian, SUSE, CentOS, Ubuntu, Android, IOS, Windows Phone, Z/Vm e ZLinux.g);

4.4.2.7. Ferramenta de Qualidade IBM Quality Stage 11.x;

4.4.2.8. Navegadores WEB: Internet Explorer 8 ou superior, Google Chrome 18 ou superior, Firefox 15 ou superior;

4.4.2.9. Servidores de Aplicação: ZOPE/PLONE, WebSphere, TomCat, Apache, IIS, JBoss, Pound, Weblogic, NGINX, Wildfly;

4.4.2.10. Linguagens: JavaScript, XML, XSL, XSD, JSP, JAVA, JAVA WEB, CSS, HTML, PHP, Python, Delphi;

4.4.2.11. Principais frameworks: EJB, JSF, JPA, Servlet, Spring, Hibernate, Struts, bibliotecas do JEE, entre outras;

4.4.2.12. Protocolos e Serviços de Rede: TCP/IP, IP, SNA;

4.4.2.13. Ferramenta de Gerência de Projetos: MS Project, EPM, Sharepoint;

4.4.2.14. Outras ferramentas, plataformas, protocolos, produtos: Oracle SOA SUITE, BEA Aqualogic BPM, DocuWiki, RequestTracker, Trac, Subversion (SVN), Open LDAP, Proxy http utilizando Squid com NTLM, SAMBA e serviço de mensageria, Apache, PHP/Perl, Access e MAVEN, Hadoop Hortonworks, OpenLayers, PostGis, GIT, ferramentas plataforma Office365, Microsoft System Center Configuration Manager, Microsoft System Center Operations Manager, Microsoft System Center Orchestrator, Varonis, ferramentas de backup - Commvault e Veritas, serviço de mensageria – Microsoft Exchange Server Online e on premise, Symantec Messaging Gateway, Autodesk Network License Manager, Symantec Data Center Security Server Manager, Symantec Endpoint Protection Manager e Symantec IT Management Suite, Redmine, Citisart, Taiga.

4.4.3. A lista apresentada acima não é exaustiva para tecnologias e ferramentas que o CONTRATANTE venha a utilizar no futuro. Caso isto ocorra, é de responsabilidade da CONTRATADA capacitar ou alocar profissionais que atendam às demandas do CONTRATANTE.

4.4.4. Mudanças no ambiente tecnológico podem ser propostas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, mas as mudanças estarão sujeitas à autorização prévia para utilização.

4.5. **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.5.1. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas, políticas, metodologias, guias e padrões estabelecidos no âmbito do Ministério da Cidadania.

4.5.2. A prestação dos serviços especializados será feita mediante a utilização de perfis profissionais, sob demanda do CONTRATANTE, conforme metodologia estabelecida no item 6.1.3 deste documento.

4.6. **Requisitos Legais**

4.6.1. Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências (ainda vigente por dois anos a partir de 01/04/2021).

4.6.2. Lei Federal nº 10.520/2002: Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências (ainda vigente por dois anos a partir de 01/04/2021).

4.6.3. Lei nº 13.709/2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.6.4. Decreto nº 7.845/2012: Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

4.6.5. Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

4.6.6. Decreto nº 7.174/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal.

4.6.7. Instrução Normativa MPDG nº 05/2017: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.6.8. Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019: Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos e Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal.

4.7. **Requisitos de Segurança da Informação**

4.7.1. Deverão ser observadas as normas e diretrizes contidas na Política de Segurança da Informação do Ministério da Cidadania, e suas normas complementares.

4.7.2. Deverão ser observadas as leis, normas e diretrizes de Governo relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC), em especial atenção ao Decreto Federal nº 9.637/2018, e os normativos do Departamento de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (DSI/GSI/PR).

4.7.3. Deverá ser observado o Guia [Requisitos e Obrigações quanto à Segurança da Informação e à Privacidade](#), que orienta a adequação do processo de contratação para contemplar os requisitos mais importantes de segurança e privacidade dos dados, conforme a Instrução Normativa SGD nº 31, de 23 de março de 2021.

4.7.4. Além disso, deverão ser observadas as boas práticas de segurança da informação relacionadas às normas ISO, no que couber.

4.8. **Requisitos Ambientais, Sociais e Culturais**

4.8.1. A CONTRATADA, no que couber, deverá atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Governo Digital, do Ministério da Economia (SGD/ME), e do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.

4.8.2. Os serviços prestados pela CONTRATADA, no que couber, deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Governo.

4.9. **Requisitos Temporais**

4.9.1. O prazo de entrega da mídia de instalação ou dos acessos para *download* da solução será de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento ou solicitação formal do CONTRATANTE.

4.9.2. O prazo de instalação e configuração inicial da solução será de no máximo 20 (vinte) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento ou solicitação formal do CONTRATANTE, bem como do envio das informações técnicas necessárias à instalação dos produtos.

4.10. **Requisitos de Implantação**

4.10.1. Em caso de disponibilização de *links* para *download* da solução, a contratada deverá disponibilizar o software da solução por meio de *link* seguro, autenticado e de alta velocidade na internet para que o CONTRATANTE possa proceder o acesso ou o *download* da solução.

4.10.1.1. Quaisquer tipos de chaves de licenças deverão ser encaminhados para a equipe técnica do CONTRATANTE.

4.10.1.2. Os links para acesso à solução deverão ficar disponíveis para download durante toda a vigência contratual.

4.11. Requisitos de Garantia

4.11.1. A garantia mínima dos produtos ou serviço entregues será de 6 (seis) meses a contar da data do aceite definitivo.

4.11.2. Já a solução contratada deverá possuir garantia enquanto durar a vigência contratual. A garantia da solução contempla o serviço de suporte técnico para correção de problemas relacionados ao software, bem como a disponibilização de atualizações (novas versões do software). O suporte técnico deve contemplar a abertura de chamados técnicos para resolução de problemas eventualmente encontrados no uso do produto, aplicação de patches de correção e intervenções para manutenção em caso de falhas.

4.12. Requisitos de Suporte Técnico

4.12.1. O serviço de suporte técnico refere-se ao tratamento de problemas relacionados à solução de software de mascaramento e controle de dados dinâmicos, relativos aos Itens 1 e 2 do presente certame.

4.12.2. Os chamados de suporte técnico representam a solicitação formal de serviços de suporte à CONTRATADA para tratar de problemas relacionados à solução tecnológica, e devem ser atendidos de acordo com os critérios e parâmetros estabelecidos para execução dos serviços. O chamado deve conter uma descrição detalhada do problema, a indicação dos itens de configuração afetados, e o nome e telefone do contato técnico da contratante responsável pelo acompanhamento do serviço.

4.12.3. O CONTRATANTE poderá ainda anexar ao chamado documentos ou imagens que auxiliem na identificação do problema, e, se for o caso, agendar data e hora para o atendimento.

4.12.4. O atendimento será no modelo 24x7 remoto, quando verificada a necessidade no decorrer do atendimento e a depender do nível de criticidade ou natureza do problema.

4.12.5. A abertura e acompanhamento dos chamados para o suporte será realizada por meio de canal de suporte Web disponível 24x7, para abertura e acompanhamento de chamados de suporte. O chamado deve ser obrigatoriamente cadastrado no Portal de Suporte para acompanhamento e controle, independente do meio utilizado para abertura do chamado.

4.12.6. A CONTRATADA deve fornecer, com periodicidade mensal, relatórios a respeito das atividades do Portal de Suporte, com informações sobre os chamados, níveis mínimos de serviço, e demais dados pertinentes.

4.12.7. Os chamados de suporte técnico serão classificados por severidade, dependendo do impacto que o problema a ser resolvido possa causar ao ambiente computacional do CONTRATANTE, conforme critérios de classificação contidos na tabela abaixo.

4.12.8. O nível de severidade dos chamados pode ser posteriormente alterado conforme avaliação da equipe técnica da contratada, em comum acordo com a CONTRATANTE.

4.12.9. Para qualquer nível de severidade, o início do atendimento não pode ultrapassar o prazo de duas horas após abertura do chamado por parte do CONTRATANTE. Nos chamados de severidade urgente, o início do atendimento não pode ultrapassar o prazo de uma hora após abertura do chamado por parte da contratante.

4.12.10. Os prazos máximos para solução dos chamados estão relacionados na tabela abaixo, por nível de severidade:

Severidade	Prazo (contado após o início do atendimento)	Critério de enquadramento do chamado na severidade
Urgente	Em até 8 horas úteis	Chamado para restabelecer serviço que esteja parado
Alta	Em até 12 horas úteis	Chamado para restabelecer serviço que não esteja operando corretamente, apresente problema de desempenho ou esteja sob risco de parada
Média	Em até 48 horas úteis	Chamado para resolução de problemas que não estejam causando interrupção dos serviços da solução.
Baixa	Em até 72 horas úteis	Chamado para esclarecimento de dúvidas referentes a possíveis problemas com a solução, assim como aplicação de melhorias e correções

4.12.11. O prazo de solução dos chamados poderá ser prorrogado, a critério exclusivo do CONTRATANTE, caso a CONTRATADA apresente razões de justificativa que comprovem a ocorrência de fatos que fogem ao controle da CONTRATADA e impedem a solução do chamado no tempo estabelecido.

4.12.12. Poderá haver suspensão de contagem de prazos para chamados que necessitem de providência por parte do fabricante, desde que a CONTRATADA comprove que efetuou todos os esforços necessários junto ao fabricante para a solução das pendências. Uma vez que a CONTRATADA é responsável pela abertura e acompanhamento de chamados junto ao fabricante, ela deve efetuar as gestões necessárias para priorizar, reclassificar ou escalonar o chamado, de modo a resolver o problema no menor tempo possível. A suspensão ocorrerá apenas quando for realmente necessária a atuação do fabricante e for configurada situação em que a CONTRATADA não tem mais condições de atuação, após executados todos os procedimentos e verificações documentadas em manuais e sites do fabricante, isto é, quando estiver caracterizada falha no software ou em sua documentação.

4.13. Requisitos de Formação e Experiência Profissional

4.13.1. Para execução dos serviços previstos nesta contratação, de forma a garantir a qualidade e a aderência às metodologias e padrões estabelecidos, a CONTRATADA deverá utilizar equipes tecnicamente qualificadas de forma compatível com os requisitos técnicos descritos. Caberá à empresa contratada a definição dos critérios profissionais para estruturação de sua equipe técnica, uma vez que a qualidade desses produtos e serviços, bem como o cumprimento das condições pactuadas, será avaliada por meio da aferição de indicadores objetivos, que contemplam a aplicação de descontos e sanções para disciplinar a atuação da empresa.

4.13.2. Para os serviços elencados na presente solução, será necessária a atuação do Preposto Contratual, do Responsável Técnico e dos profissionais da Equipe Técnica da CONTRATADA.

4.13.3. Para execução dessas atividades, será exigida a designação de profissionais

com perfis específicos, conforme definidos abaixo:

Preposto Contratual	
Profissional da empresa contratada responsável pela gestão dos aspectos administrativos, financeiros e legais do contrato	
Experiência/Qualificação	Modo de Comprovação
Experiência mínima de 02 (dois) anos em Gestão de Contratos Administrativos de Tecnologia da Informação	Registro em Carteira de Trabalho, contrato(s) executado(s) pelo profissional ou atestados emitidos por entidade(s) idônea(s) em nome do profissional, contendo informações que permitam entrar em contato com o emitente
Formação	Modo de Comprovação
Curso superior de graduação em qualquer área de formação, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação	Diploma, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação

Responsável Técnico pela Equipe	
Profissional da empresa contratada responsável pelo gerenciamento de projetos e gestão dos aspectos técnicos dos serviços demandados	
Experiência/Qualificação	Modo de Comprovação
Experiência mínima de 02 (dois) anos em Gestão de Projetos de Tecnologia da Informação	Registro em Carteira de Trabalho, contrato(s) executado(s) pelo profissional ou atestados emitidos por entidade(s) idônea(s) em nome do profissional, contendo informações que permitam entrar em contato com o emitente
Formação	Modo de Comprovação
Curso superior de graduação em área correlata à Tecnologia da Informação, ou curso superior de bacharelado em qualquer área de formação com especialização mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas em área correlata à Tecnologia de Informação, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação; e	Diploma, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação; e
Certificação em Gestão de Projetos emitida por associação ou entidade de profissionais de gestão de projetos; ou	Certificado em Gestão de Projetos emitida por associação ou entidade de profissionais de gestão de projetos; ou
Experiência mínima comprovada de 03 (três) anos em Gestão de Projetos de Tecnologia da Informação.	Registro em Carteira de Trabalho, contrato(s) executado(s) pelo profissional ou atestados emitidos por entidade(s) idônea(s) em nome do profissional, contendo informações que permitam entrar em contato com o emitente.

Analista Sênior - Perfil Técnico	
Profissional da empresa contratada responsável pela execução dos serviços contratados	
Experiência/Qualificação	Modo de Comprovação
Experiência mínima de 03 (três) anos em Tecnologia da Informação, comprovando experiência nas áreas de administração de dados, DBA, controle de versão, teste, integração contínua ou DevOps.	Registro em Carteira de Trabalho, contrato(s) executado(s) pelo profissional ou atestados emitidos por entidade(s) idônea(s) em nome do profissional, contendo informações que permitam entrar em contato com o emitente
Experiência mínima de 01 (um) ano em projetos envolvendo a Solução de TI ofertada	
Formação	Modo de Comprovação
Curso superior de graduação em área correlata à Tecnologia da Informação, ou curso superior de bacharelado em qualquer área de formação com especialização mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas em área correlata à Tecnologia de Informação, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação; e	Diploma, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação; e
Certificação oficial emitida pela Solução de TI ofertada; ou	Certificado oficial emitido pelo fabricante da solução de TI ofertada; ou
Treinamento oficial na Solução de TI ofertada, de no mínimo 60 horas.	Comprovante de conclusão de treinamento de no mínimo 60 horas, com menção de aprovação, emitido pelo fabricante da solução de TI ofertada.

Analista Sênior - Implementação das Diretrizes da LGPD	
Profissional da empresa contratada responsável por apoiar o processo de adequação do CONTRATANTE à Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	
Experiência/Qualificação	Modo de Comprovação
Experiência mínima de 03 (três) anos em Tecnologia da Informação, comprovando experiência nas áreas de administração de dados, DBA, governança de dados ou ciência de dados.	Registro em Carteira de Trabalho, contrato(s) executado(s) pelo profissional ou atestados emitidos por entidade(s) idônea(s) em nome do profissional, contendo informações que permitam entrar em contato com o emitente
Experiência mínima de 01 (um) ano em projetos envolvendo a Solução de TI ofertada.	
Experiência mínima de 01 (um) ano em projetos envolvendo privacidade e proteção de dados pessoais.	
Formação	Modo de Comprovação
Curso superior de graduação em área correlata à Tecnologia da Informação, ou curso superior de bacharelado em qualquer área de formação com especialização mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas em área correlata à Tecnologia de Informação, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação; e	Diploma, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação; e
Certificação oficial emitida pela Solução de TI ofertada ou Treinamento(s) oficial(is) na Solução de TI ofertada, de no mínimo 60 horas; e	Certificado oficial emitido pelo fabricante da solução de TI ofertada ou comprovante(s) de conclusão de treinamento(s), com menção de aprovação, emitido pelo fabricante da solução de TI ofertada; e
Treinamento(s) na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais de no mínimo 20 horas.	Comprovante(s) de conclusão de treinamento(s) na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com carga horária total mínima de 20 horas.

4.13.4. Todos os aspectos de recrutamento, verificação dos currículos, seleção, avaliação de conhecimentos e habilidades, contratação e gestão de pessoas, envolvidos na prestação de serviços, são encargos exclusivos da CONTRATADA.

4.13.5. A CONTRATADA deverá apresentar a equipe demandada pela Ordem de Serviço em até 20 dias úteis após emissão da OS.

4.13.6. Os documentos comprobatórios exigidos acima devem ser apresentados assim que a equipe/perfis forem alocados para a execução da OS.

4.13.6.1. Em situação de indisponibilidade de pessoal certificado ou capacitado na administração da solução, o prazo de apresentação da capacitação e certificação de profissionais demandados pela OS poderá ser prorrogado por igual período, se autorizado pela CONTRATANTE, limitado à uma prorrogação.

4.13.6.2. Caso a CONTRATADA não cumpra com o prazo estabelecido, estará sujeita às sanções correspondentes.

5. RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades do CONTRATANTE

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- 5.1.9. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- 5.2.1. Indicar formalmente e por escrito, conforme item 6.1.1 abaixo, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pelo CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. Obrigação de realizar e manter atualizado o cadastro de seus representantes legais no sistema SEI Cidadania, para fins de assinatura de termos contratuais e aditivos;
- 5.2.7. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.8. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- 5.2.9. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.10. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 5.2.11. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- 5.2.12. Não fazer uso das informações prestadas pelo CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 5.2.13. Observar, no que couber, as "Ações de Responsabilidade da contratada", constantes no "Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade"^[1];
- 5.2.14. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006;
- 5.2.15. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- 5.2.16. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Execução

6.1.1. Transição inicial dos serviços:

- 6.1.1.1. O CONTRATANTE, por intermédio do Gestor do Contrato, convocará a CONTRATADA, após a assinatura do contrato, para reunião de alinhamento de entendimentos e expectativas, denominada Reunião Inicial, com o objetivo de:
- 6.1.1.1.1. Alinhar a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer

preferencialmente entre a contratante e o Preposto da CONTRATADA;

6.1.1.1.2. Definir as providências necessárias para inserção da contratada no ambiente de prestação dos serviços;

6.1.1.1.3. Definir as providências de implantação da solução;

6.1.1.1.4. Alinhar entendimentos e expectativas quanto aos modelos de execução e de gestão do contrato.

6.1.1.2. Na Reunião Inicial, a CONTRATADA deverá:

6.1.1.2.1. Indicar formalmente o Preposto Contratual e o Responsável Técnico pelos serviços;

6.1.1.2.2. Entregar o Termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo e Segurança da Informação e dos Termos de Ciência Individual de Sigilo e Segurança da Informação, conforme descrito no item 6.4 deste documento.

6.1.2. **Transição final dos serviços e encerramento contratual:**

6.1.2.1. Conforme dispõe a IN nº 5/2017, ANEXO V, item 2.5, alínea e, ao término do contrato, seja por decurso de vigência ou por rescisão antecipada, é obrigação da CONTRATADA realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

6.1.2.2. A CONTRATADA deverá confeccionar um plano de repasse final, prevendo a transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do CONTRATANTE ou os da nova empresa que continuará a execução dos serviços, sem ônus adicional ao contrato.

6.1.2.3. Após o término do contrato, a CONTRATADA deverá retirar todo e qualquer bem de que seja proprietária e que, eventualmente, esteja alocado nas instalações do CONTRATANTE, assim como providenciar a devolução de recursos que lhe tenham sido eventualmente cedidos pela contratante e, quando for o caso, a desinstalação de recursos de software de sua propriedade mantidos no ambiente do CONTRATANTE.

6.1.3. **Ordens de Serviço:**

6.1.3.1. A prestação dos serviços especializados será feita sob demanda do CONTRATANTE, que será formalizada por meio de Ordem de Serviço (OS). Ou seja, enquanto não for emitida OS pelo Gestor do Contrato devidamente instituído, não haverá serviço a ser remunerado.

6.1.3.2. Quando houver necessidade, o CONTRATANTE abrirá Ordens de Serviço (OS's) para a CONTRATADA informando acerca da demanda existente e do prazo necessário para sua conclusão.

6.1.3.3. Em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço (ou após a alocação da equipe técnica, no caso da primeira OS), a CONTRATADA irá produzir um Plano de Trabalho contendo, para cada ciclo mensal previsto, um cronograma de atividades a serem desempenhadas contendo as datas estimadas de início e término dessas atividades, bem como a lista de produtos a serem entregues, a ser aprovado pelo CONTRATANTE.

6.1.3.3.1. O Plano de Trabalho será parte integrante da OS e as informações poderão ser atualizadas até a aprovação deste plano. Uma vez aprovado, o Plano de Trabalho poderá ser revisado a cada ciclo mensal.

6.1.3.3.2. O Plano de Trabalho deverá conter, para cada ciclo mensal, uma estimativa da quantidade de perfis/mês a serem consumidos na OS. Demais informações sobre a caracterização da unidade Perfil/Mês constam no Anexo A deste documento.

6.1.3.3.3. As estimativas previstas na OS deverão seguir uma metodologia documentada no Plano de Trabalho e aprovada pelo CONTRATANTE. Caso seja solicitado, a CONTRATADA poderá demonstrar a adequabilidade das suas estimativas com base em registro histórico de execução anterior de serviços similares. O CONTRATANTE poderá validar as informações com base no registro histórico de outras contratações existentes na casa, ou mesmo em outros órgãos públicos.

6.1.3.3.4. Caso haja necessidade de realização de reuniões com o CONTRATANTE para refinamento do escopo contido na OS, com objetivo de aprimorar as informações e estimativas, o tempo despendido com a realização dessas reuniões poderá ser descontado do prazo final para construção do Plano de Trabalho, tendo em vista que essas reuniões dependerão de disponibilidade por parte do CONTRATANTE.

6.1.3.3.5. O CONTRATANTE poderá recusar o Plano de Trabalho caso considere as atividades, prazos ou estimativas inadequadas. Em caso de recusa, a CONTRATADA deverá corrigir o documento para posterior análise do CONTRATANTE.

6.1.3.3.6. A execução da OS só poderá ser iniciada após a aprovação do Plano de Trabalho pelo CONTRATANTE, que decidirá pela continuidade, ou não, da OS. Caso o CONTRATANTE decida pela não continuidade, a OS será suspensa e não haverá nenhum ônus ao CONTRATANTE ou qualquer remuneração devida.

6.1.3.4. A OS permanecerá aberta, em regra, até a data prevista para conclusão (contida na própria OS), observada a vigência do contrato, ou a critério do CONTRATANTE, conforme regras estabelecidas neste documento.

6.1.3.4.1. Caso o CONTRATANTE deseje encerrar uma OS antes da data prevista, deverá notificar a CONTRATADA com um prazo de antecedência de 5 (cinco) dias úteis ao encerramento da OS.

6.1.3.4.2. Caso haja interrupção dos serviços, por interesse do CONTRATANTE, após a aprovação do Plano de Trabalho, haverá um pagamento proporcional aos serviços realizados, desde que previstos no plano.

6.1.3.5. A avaliação dos serviços seguirá a prática de entrega contínua (*continuous delivery*), de forma que as atividades serão constantemente entregues para homologação do CONTRATANTE. As atividades aceitas comporão o conjunto homologado, enquanto as atividades rejeitadas serão movidas para os ciclos mensais seguintes, afetando os respectivos indicadores de Níveis Mínimos de Serviço previstos no item 7.3 deste documento.

6.1.3.6. Ao final de cada ciclo mensal a quantidade de perfis/mês utilizados deverá ser aferida com base nos produtos efetivamente entregues. A OS será faturada a cada ciclo mensal, e o valor dependerá da quantidade de perfis profissionais (perfis/mês) efetivamente utilizados naquele ciclo, bem como a aplicação dos Níveis Mínimos de Serviço previstos.

6.1.3.6.1. Em um dado ciclo mensal, cada perfil/mês corresponde ao volume de serviços equivalente ao esforço realizado por um único profissional em uma jornada de 8 horas diárias. A quantidade de perfis/mês utilizados pode ser fracionária, e independe da quantidade de profissionais alocados para execução dos serviços. Ela depende somente do volume de serviços efetivamente solicitados e entregues, conforme estabelecido no Anexo A deste documento.

6.1.3.7. As Ordens de Serviço serão emitidas pela contratante e serão partes integrantes da execução do contrato. As Ordens de Serviço serão emitidas eletronicamente, com apoio de um sistema de gestão de demandas, ou de forma manual, conforme o modelo de prestação de serviços definido neste documento.

6.1.3.8. Os serviços a serem executados no objeto do item 3 desta contratação estão distribuídos entre perfil técnico e perfil LGPD.

6.1.3.9. Os profissionais com perfil técnico devem executar atividades voltadas para:

- a) Processo de controle de dados dinâmicos;
- b) Serviços de mascaramento de dados;
- c) Criação de scripts customizados visando a integração de soluções por meio de API específica da solução; e
- d) Apoio técnico à implementação das tecnologias providas pela ferramenta, quando o escopo das atividades técnicas extrapolar o objeto desta contratação.

6.1.3.10. Os profissionais com perfil LGPD devem executar atividades voltadas para:

- a) Apoio à governança de dados;
- b) Levantamento e análise de contratos, processos de trabalho, sistemas, arquivos e outros cenários ou ambientes que possam estar em desconformidade com a LGPD;
- c) Confeção de relatório contendo os elementos avaliados e o encaminhamento de recomendações e tratamento para a devida adequação às diretrizes da LGPD.

6.1.3.10.1. As recomendações e tratamento podem servir de insumo para próximas OS dos outros perfis do contrato, com a implementação na ferramenta de mascaramento e tratamento de dados.

6.1.3.11. A implementação realizada pelos profissionais da contratada devea estar restrita ao escopo de prestação de serviços do objeto desta contratação. Caso os serviços necessários não sejam parte desse escopo do objeto, o profissional da CONTRATADA deve acompanhar a implementação do tratamento, quer seja realizada por servidor do ministério ou empresa terceirizada, indicando as melhores práticas para a consecução do objetivo.

6.1.3.12. Por se tratar de necessidade estabelecida pela Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada deverá manter Preposto indicado para a representar em questões relacionadas ao processo, contrato e execução dos serviços. De forma semelhante se enquadra o perfil de Responsável Técnico. Os serviços destes dois profissionais não serão objeto de execução por meio de ordem de serviço, tampouco de remuneração específica para tais atividades. Assim, os serviços demandados por meio de OS se restringem aos perfis técnicos elencados nos itens 6.1.3.8, 6.1.3.9 e 6.1.3.10, acima.

6.1.3.13. Os serviços de instalação, configuração e parametrização inicial serão demandados por OS específica que tratará dos procedimentos necessários à preparação e disponibilização da solução, e conterá pelo menos:

6.1.3.13.1. A contratada deverá prover os serviços necessários para a instalação, configuração e testes da solução por ela provida, de forma a propiciar seu pleno funcionamento no ambiente da contratante.

6.1.3.13.2. Antes do início da instalação, deverá ser realizada reunião para alinhamento de expectativas entre as equipes técnicas da contratada e da contratante. Nessa oportunidade, a contratada deverá apresentar proposta de plano e cronograma para realização dos serviços de instalação, configuração e testes da solução.

6.1.3.13.3. O plano apresentado deverá ser aprovado pela contratante.

6.1.3.13.4. A instalação somente poderá ser iniciada depois de finalizada a entrega das licenças do software à contratante.

6.1.3.13.5. A contratante constituirá equipe técnica para o acompanhamento dos serviços. Essa equipe será responsável pela avaliação do planejamento e aprovação da implantação.

6.1.3.13.6. O serviço engloba a instalação de todos os módulos da solução, as configurações requeridas nos ambientes computacionais de desenvolvimento e produção e a atividade de testes necessária para garantir o seu pleno funcionamento.

6.1.3.13.7. A solução será considerada integralmente implantada quando atender a todos os requisitos descritos na OS.

6.1.4. Papéis e responsabilidades

6.1.4.1. A tabela abaixo contém a descrição dos papéis e responsabilidades envolvidos na gestão da presente contratação:

ID	Papel	Organização	Responsabilidade
1	Gestor do Contrato	Ministério da Cidadania	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais, relacionadas ao processo de gestão do contrato, responsável por encaminhar as Ordens de Serviço, monitorar a execução contratual e gerenciar a transição e encerramento do contrato.
2	Fiscal Técnico do Contrato	Ministério da Cidadania	Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, responsável pelo monitoramento da execução contratual e fiscalização referente aos aspectos técnicos do contrato.
3	Fiscal Administrativo do Contrato	Ministério da Cidadania	Servidor representante da Área Administrativa, responsável pelo monitoramento da execução contratual e fiscalização referente aos aspectos administrativos do contrato.
4	Fiscal Requisitante do Contrato	Ministério da Cidadania	Servidor representante da Área Requisitante dos serviços, responsável pelo monitoramento da execução contratual e fiscalização referente aos aspectos funcionais dos serviços realizados por meio do contrato.
5	Gestor de Negócio	Ministério da Cidadania	Profissional responsável por fornecer os requisitos das demandas do contrato, relacionando-se diretamente com o Gestor e Fiscais do Contrato, bem como com o Responsável Técnico e a Equipe de Profissionais da empresa contratada.
			Funcionário representante da contratada, responsável por acompanhar a execução do

6	Preposto Contratual	Empresa Contratada	contrato e atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
7	Responsável Técnico pela Equipe	Empresa Contratada	Profissional responsável pela gestão dos aspectos técnicos das demandas do contrato, relacionando-se diretamente com o Fiscal Técnico do Contrato e com os Gerentes de Projetos ou Gestores de Negócio do CONTRATANTE.
8	Equipe Técnica de Profissionais Responsáveis pela Execução dos Serviços	Empresa Contratada	Profissionais responsáveis pela execução das demandas e projetos, atuando de forma presencial ou não, relacionando-se diretamente com o Responsável Técnico da CONTRATADA.

6.1.5. Prazos

6.1.5.1. O prazo de entrega do acesso ou dos links para download da solução será de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Serviço ou solicitação formal.

6.1.5.2. O prazo de instalação da solução será de, no máximo, 20 (vinte) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento ou solicitação formal, bem como do envio das informações técnicas necessárias à instalação dos produtos.

6.1.5.3. No que concerne aos serviços especializados, a execução das Ordens de Serviço será regulada pelos indicadores de produtividade e prazo previstos no item 7.3 deste documento, calculados com base nas informações do Plano de Trabalho da OS.

6.1.5.4. Deverão ser observados ainda o tempo limite para execução dos serviços de suporte técnico, conforme estabelecido no item 4.11 deste documento pelo indicador de níveis mínimos de serviço correspondente.

6.1.6. Locais e horários de execução dos serviços

6.1.6.1. Os serviços deverão ser executados nas instalações do CONTRATANTE somente quando explicitamente solicitado na Ordem de Serviço. Nestes casos, os serviços serão executados em dias úteis (segunda a sexta-feira), no horário de 08:00 às 18:00 horas. O CONTRATANTE possui endereços nas seguintes localidades:

Nome	Endereço	CEP
Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI)	SMAS TRECHO 3, Ed. The Union - 1º subsolo - Brasília/DF	70610-906
	DNIT - Setor de Autarquias Norte Quadra 03 Lote A Ed. Núcleo dos Transportes Brasília/DF	70040-902

6.1.6.2. Os custos decorrentes do traslado de pessoas da CONTRATADA para as instalações do CONTRATANTE correrá por conta exclusiva da empresa CONTRATADA.

6.1.6.3. Devido às regras sanitárias e das regras de trabalho remoto estabelecido pelo Ministério da Cidadania, os serviços poderão ser prestados de maneira remota desde que seja definido ou autorizado pela equipe de gestão e fiscalização do contrato.

6.1.6.4. Nos serviços da presente solução, inclusive nos serviços com execução presencial, não se caracteriza a subordinação direta e nem pessoalidade, uma vez que não se requer a exclusividade dos profissionais e sim, meramente, a disponibilidade do serviço de determinados perfis profissionais. Dessa forma, não há óbice ao compartilhamento de qualquer profissional com outros contratos que porventura a CONTRATADA possua e, além disso, não haverá controle de frequência dos profissionais bem como qualquer relação de subordinação jurídica entre os profissionais da CONTRATADA e o CONTRATANTE.

6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.2.1. Não existem quantitativos mínimos a serem demandados. O volume de serviços passíveis de serem demandados, consta na tabela contida no item 2.3 deste documento.

6.3. Mecanismos formais de comunicação

6.3.1. Quando necessário, a comunicação entre o CONTRATANTE e CONTRATADA se dará de forma escrita, preferencialmente por meio dos seguintes instrumentos:

6.3.1.1. E-mails;

6.3.1.2. Documentos eletrônicos oriundos do SEI;

6.3.1.3. Registros de Reunião;

6.3.1.4. Ordem de Serviço;

6.3.1.5. Para apresentação de documentos o protocolo digital, disponível em <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-da-cidadania>;

6.3.1.6. Teams ou outro software de ferramenta colaborativa.

6.3.2. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.3.3. A CONTRATADA, quando da assinatura do contrato, por meio de seu representante legal, assinará o Termo de compromisso de manutenção do sigilo, conforme modelo constante do Anexo C e Termo de Ciência Individual, conforme modelo constante do Anexo D, em que se responsabilizará pela manutenção de sigilo e confidencialidade das informações a que possa ter acesso em decorrência da contratação.

6.3.4. Os Termos deverão ser apresentados na reunião inicial convocada pelo Gestor do Contrato

6.3.5. O Termo de Ciência deverá ser atualizado sempre que houver inclusão de novos profissionais na execução dos serviços.

6.3.6. Os termos visam assegurar que a CONTRATADA manterá sigilo, sob pena de responsabilidade cível, penal e administrativa:

6.3.6.1. Sobre todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Cidadania ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, devendo orientar seus empregados e prepostos nesse sentido.

6.3.6.2. Sobre todas as informações relativas à prestação dos serviços, incluindo documentação, procedimentos, configurações de equipamentos, softwares, políticas e quaisquer informações obtidas pela CONTRATADA em função da prestação dos serviços, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato.

6.3.6.3. Sobre a política de segurança adotada pelo Ministério da Cidadania e as configurações de hardware e de softwares decorrentes.

6.3.6.4. Sobre o processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e equipamentos.

6.3.6.5. Sobre o processo de implementação, no ambiente do Ministério da Cidadania, dos mecanismos de criptografia e autenticação.

6.3.7. A CONTRATADA não poderá efetuar, sob qualquer pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade que lhe compete para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc., sem a anuência expressa do Ministério da Cidadania.

6.3.8. Todos os empregados da CONTRATADA, diretamente envolvidos na contratação, deverão assinar Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no Ministério da Cidadania. O modelo do referido documento encontra-se no Anexo D deste documento.

6.3.9. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do Ministério da Cidadania, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

6.3.10. **Treinamento e Repasse de Conhecimento**

6.3.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais, comprovadamente capacitados, para repasse de conhecimento, podendo neste caso, serem profissionais do próprio fabricante.

6.3.12. Os serviços de treinamento poderão ser requeridos à qualquer momento durante a execução do contrato, mediante abertura de Ordem de Serviço específica que definirá o escopo de acordo com o público-alvo.

6.3.13. O conteúdo dos treinamentos poderá ser validado pelos Gestores do Ministério da Cidadania, mediante solicitação, de forma antecipada à abertura da OS e deverá quando aplicável, estar alinhado com as boas práticas ou metodologias internas.

6.3.14. O treinamento deverá ser realizado em turmas de no máximo 10 (dez) alunos por turma, podendo se realizar de forma presencial ou remota.

6.3.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar o material, o conteúdo programático e recursos necessários, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data agendada para o seu início.

6.3.16. Os treinamentos serão disponibilizados de acordo com o nível de aprofundamento técnico da solução, conforme a tabela de complexidades a seguir:

Complexidade	Descrição	Qtde Horas
Básica	Treinamentos e repasse de conhecimento para formação de usuários eventuais e consumidores de auto-serviço	8 Horas
Intermediária	Treinamentos e repasse de conhecimento para formação de usuários operadores e técnicos especializados	20 Horas
Avançada	Treinamentos e repasse de conhecimento para formação de corpo técnico na administração da plataforma.	40 Horas

6.3.17. Todos os treinamentos devem ter obrigatoriamente os seguintes artefatos:

- Material de treinamento;
- Apostila de treinamento;
- Lista de Presença;
- Registro de Avaliação do curso (aluno e instrutor); e
- Certificado de participação.

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. **Critérios de Aceitação**

7.1.1. Será rejeitado, no todo ou em parte, o serviço ou entregável fornecido em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência. Ainda, conforme o art. 69 da Lei 8.666/1993, a CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.1.2. Só haverá o recebimento definitivo (homologação), após a análise da qualidade dos serviços, em face da aplicação dos critérios de qualidade e da verificação dos níveis mínimos de serviço, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de não receber o objeto cuja qualidade seja comprovadamente baixa, situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no contrato. Quando for caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

7.1.3. Os níveis de serviços estão estabelecidos pelos indicadores constantes no item 7.3 deste documento, e serão aplicados considerando a abrangência e os parâmetros de cada indicador.

7.2. **Procedimentos de Teste e Inspeção**

7.2.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representantes do CONTRATANTE, que poderá utilizar-se da contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, em consonância com as disposições do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

7.2.2. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

7.2.3. A avaliação da qualidade e da adequação dos serviços ocorrerá a cada entrega de produtos previstos nas Ordens de Serviço, ou ao final de cada ciclo mensal, e será realizada pelo Fiscal Técnico do Contrato com base nos indicadores definidos neste documento, a partir dos registros mantidos pelo CONTRATANTE.

7.2.4. O principal instrumento para avaliação da qualidade dos produtos e serviços entregues será o estabelecimento de Níveis Mínimos de Serviço (NMS) entre o CONTRATANTE

e a CONTRATADA. O CONTRATANTE irá monitorar e medir os níveis mínimos de serviço e garantir que sejam mantidos com base nos parâmetros que orientam a medição para cada tipo de serviço contratado, como qualidade, cronograma e produtividade. Durante a execução do contrato, o CONTRATANTE, sempre que julgar conveniente e oportuno, revisará os padrões mínimos de qualidade, com o objetivo de adequá-lo à realidade da execução contratual.

7.2.5. É garantido à CONTRATADA o direito à ampla defesa frente aos resultados da apuração dos Níveis Mínimos de Serviço, bem como à apresentação de justificativas. As justificativas aceitas pelo gestor e pelo fiscal do contrato poderão anular a incidência de glosas e advertências na aplicação dos Níveis Mínimos de Serviço.

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.3.1. A implantação da solução será regulada por meio do indicador abaixo:

INDICADOR 1: ENTREGA E INSTALAÇÃO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Garantir a entrega e instalação da solução no prazo estabelecido.
Escopo de Aplicação	Apenas para as subscrições (Itens 1 e 2 do presente certame).
Forma de Aferição	Serão contabilizados os dias decorrentes até a entrega e instalação da solução, contados a partir da Ordem de Fornecimento ou solicitação formal do CONTRATANTE, e após o CONTRATANTE disponibilizar todas as informações técnicas solicitadas pela contratada para instalação da solução.
Meta	100% da solução instalada em até 20 dias úteis.
Periodicidade	A cada Ordem de Fornecimento ou solicitação formal do CONTRATANTE.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	ID1 = Dias úteis decorridos após a Ordem de Fornecimento ou solicitação formal do CONTRATANTE, e após o envio das informações necessárias para instalação da solução.
Observações	Não serão contabilizados os dias de atraso nos quais o próprio CONTRATANTE tenha contribuído para o atraso, somente os dias cuja responsabilidade seja exclusiva da empresa CONTRATADA.
Faixas de ajuste no pagamento / Sanções	Para valores do indicador ID1: Até 20: Pagamento integral referente à subscrição; De 21 a 30: Glosa (desconto) de 0,5% por dia de atraso, referente ao valor da subscrição; Acima de 30: Será aplicada glosa (desconto) de 5% sobre o valor da subscrição. Adicionalmente, será solicitada uma justificativa à CONTRATADA e, caso o CONTRATANTE não acate a justificativa, esta poderá caracterizar a inexecução da demanda, projeto ou etapa, com a aplicação das penalidades previstas no contrato.

7.2.17. Os serviços especializados serão regulados por meio dos indicadores abaixo:

INDICADOR 2: PRAZO DE ENTREGA	
Tópico	Descrição
Finalidade	Garantir a entrega produtos e serviços no prazo estabelecido.
Escopo de Aplicação	Apenas para os serviços técnicos especializados (Item 3 do presente certame).
Forma de Aferição	Serão contabilizados os dias decorrentes até a entrega dos produtos e serviços constantes no Plano de Trabalho da Ordem de Serviço, contados a partir da autorização para execução da OS.
Meta	100% dos produtos e serviços entregues no prazo previsto no Plano de Trabalho da OS.
Periodicidade	A cada Ordem de Serviço, a cada ciclo mensal.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	ID2 = Percentual de atividades homologadas no ciclo mensal em relação ao total de atividades previstas no Plano de Trabalho para o ciclo mensal.
Observações	Não serão contabilizados os dias de atraso nos quais o próprio CONTRATANTE tenha contribuído para o atraso, somente os dias cuja responsabilidade seja exclusiva da CONTRATADA.
Faixas de ajuste no pagamento / Sanções	Para valores do indicador ID2: Igual a 100%: Pagamento integral referente ao ciclo mensal da Ordem de Serviço; De 90% e abaixo de 100%: Glosa (desconto) de 2% no valor do ciclo mensal; De 80% e abaixo de 90%: Glosa (desconto) de 4% no valor do ciclo mensal; De 70% e abaixo de 80%: Glosa (desconto) de 6% no valor do ciclo mensal; De 60% e abaixo de 70%: Glosa (desconto) de 8% no valor do ciclo mensal; De 50% e abaixo de 60%: Glosa (desconto) de 10% no valor do ciclo mensal; Abaixo de 50%: Será aplicada glosa (desconto) de 15%. Adicionalmente, será solicitada uma justificativa à CONTRATADA e, caso o CONTRATANTE não acate a justificativa, esta poderá caracterizar a inexecução da demanda, projeto ou etapa, com a aplicação das penalidades previstas no contrato.

INDICADOR 3: QUALIDADE	
Tópico	Descrição
Finalidade	Garantir a entrega produtos e serviços com a qualidade esperada.
Escopo de Aplicação	Apenas para os serviços técnicos especializados (Item 3 do presente certame).
Forma de Aferição	Será contabilizado o total de atividades com defeitos identificados ao final do ciclo mensal em relação ao total de atividades previstas no Plano de Trabalho para aquele ciclo mensal.
Meta	100% das atividades previstas no Plano de Trabalho da OS sem defeitos identificados.
Periodicidade	A cada Ordem de Serviço, a cada ciclo mensal.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	ID3 = Percentual de atividades com algum defeito identificado em relação ao total de atividades previstas no Plano de Trabalho para o ciclo mensal.
Observações	Para fins do presente indicador, considera-se defeito qualquer funcionalidade ou característica solicitada entregue em desacordo ao que foi especificado na Ordem de Serviço.
	Para valores do indicador ID3: Igual a 0%: Pagamento integral referente ao ciclo mensal da Ordem de Serviço; Acima de 0% e até 10%: Glosa (desconto) de 2% no valor do ciclo mensal;

Faixas de ajuste no pagamento / Sanções	Acima de 10% e até 20% : Glosa (desconto) de 4% no valor do ciclo mensal; Acima de 20% e até 30% : Glosa (desconto) de 6% no valor do ciclo mensal; Acima de 30% e até 40% : Glosa (desconto) de 8% no valor do ciclo mensal; Acima de 40% e até 50% : Glosa (desconto) de 10% no valor do ciclo mensal; Acima de 50% : Será aplicada glosa (desconto) de 15%. Adicionalmente, será solicitada uma justificativa à CONTRATADA e, caso o CONTRATANTE não acate a justificativa, esta poderá caracterizar a inexecução da demanda, projeto ou etapa, com a aplicação das penalidades previstas no contrato.
--	--

7.2.18. O suporte técnico da solução será regulado por meio do indicador abaixo:

INDICADOR 4: SUPORTE TÉCNICO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento dos prazos máximos para solução dos chamados de suporte técnico.
Escopo de Aplicação	Apenas para os serviços de suporte técnico incluídos na contratação da subscrição (Itens 1 e 2 do presente certame).
Forma de Aferição	Será contabilizada a ocorrência atrasos injustificados no atendimento dos chamados de suporte técnico.
Meta	100% dos chamados de suporte técnico atendidos dentro do prazo máximo estabelecido.
Periodicidade	Mensal
Observações	<p>Não serão contabilizados os chamados em atraso para os quais o próprio CONTRATANTE tenha contribuído para o atraso, somente os chamados de suporte técnico cuja responsabilidade para o atraso seja exclusiva da CONTRATADA.</p> <p>As sanções serão aplicadas de forma não cumulativa, ou seja, a cada mês será verificado em qual das quatro situações abaixo o atendimento aos chamados se enquadrou. O valor das sanções é independente da quantidade de chamados.</p>
Faixas de ajuste no pagamento / Sanções	<p>Para cálculo da glosa por atraso na solução dos chamados:</p> $VG = VL \times 0,3\% \times (1 - TS/Prazo)$ <p>VG: Valor da Glosa em reais VL: Valor do licenciamento de software correspondente TS: Tempo de solução para o problema que gerou o chamado Prazo: Prazo para solução do problema que gerou o chamado, de acordo com a tabela do item 4.12.10 deste TR.</p> <p>Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor da subscrição correspondente, em caso de atraso injustificado no atendimento de algum chamado de severidade urgente; ou</p> <p>Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor da subscrição correspondente, em caso de atraso injustificado no atendimento de algum chamado de severidade alta; ou</p> <p>Advertência e, no caso de reincidência, multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da subscrição correspondente, em caso de atraso injustificado no atendimento de algum chamado de severidade média; ou</p> <p>Advertência e, no caso de reincidência, multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor da subscrição correspondente, em caso de atraso injustificado no atendimento de algum chamado de severidade média.</p>

7.3. Sanções Administrativas e Procedimentos para Retenção ou Glosa no Pagamento

7.3.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

7.3.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.3.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

7.3.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

7.3.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

7.3.1.5. Cometer fraude fiscal.

7.3.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.3.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.3.2.1.1. As situações que serão consideradas faltas leves são as que não impactem ou produzam baixo impacto na prestação dos serviços e entrega dos resultados, que não gerem prejuízo ou que o prejuízo seja considerado mínimo para a prestação dos serviços e entrega dos resultados. As falhas devem ser enquadradas em patamar inferior às listadas como Grau 1 na Tabela 2 do item 7.3.5. Tal avaliação será realizada pela equipe de fiscalização do contrato.

7.3.2.2. Multa de:

7.3.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

7.3.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

7.3.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado,

em caso de inexecução total da obrigação assumida;

7.3.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante da tabela 1, abaixo; e

7.3.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

7.3.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.3.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

7.3.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.4.2.1 deste Termo de Referência.

7.3.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

7.3.3. As sanções previstas acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.3.4. Para efeito de aplicação de Glosa/Sanção, às infrações/ocorrências são atribuídas as seguintes correspondências, de acordo com a tabela 1 abaixo.

7.3.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
Grau	Correspondência
1	0,2% sobre o valor mensal do contrato, conforme critério descrito na infração contida na tabela 2
2	0,4% sobre o valor mensal do contrato, conforme critério descrito na infração contida na tabela 2
3	0,8% sobre o valor mensal do contrato, conforme critério descrito na infração contida na tabela 2
4	1,6% sobre o valor mensal do contrato, conforme critério descrito na infração contida na tabela 2
5	3,2% sobre o valor mensal do contrato, conforme critério descrito na infração contida na tabela 2.

TABELA 2		
Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por funcionário e por dia.	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por funcionário e por dia.	3
6	Descumprimentos de níveis mínimos de serviço no âmbito da mesma Ordem de Serviço que tenham ensejado desconto total de 15% (quinze por cento) do valor de faturamento da OS em dois faturamentos consecutivos, ou por três faturamentos em seis faturamentos consecutivos, por ocorrência.	4
7	Não alcance da meta do mesmo indicador de qualidade, em três faturamentos consecutivos, ou por quatro faturamentos em seis faturamentos consecutivos dessa OS, por ocorrência.	4
8	Tentativa de burlar de mecanismos de aferição dos níveis de serviço previstos neste Edital, por ocorrência.	5
9	Não apresentação, dos profissionais com o perfil requisitado, no tempo estipulado, por funcionário e por dia.	3
10	Apresentação de profissionais que não atendam aos requisitos de qualificação técnica exigidos por 3 (três) vezes consecutivas no âmbito do mesmo projeto ou por 6 (seis) vezes alternadas no período de 8 (oito) meses no âmbito do contrato, por funcionário.	4
Para os itens a seguir, deixar de:		
11	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	1
12	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
13	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	1
14	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	3
15	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato, por dia.	1
16	Comparecer, após primeira chamada, na reunião inicial e nem apresentar justificativa aceita pela Administração, por ocorrência.	5
17	Fornecer todos os dados, versões finais dos produtos, documentos e elementos de informação utilizados na execução dos serviços durante a transferência do conhecimento técnico e operacional, por ocorrência.	5

7.3.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a empresa ou profissionais que:

7.3.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.3.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.3.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.3.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.3.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou

ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.3.8.1. Caso o CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.3.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.3.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.3.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

7.3.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.3.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.3.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.4. Pagamento

7.4.1. Para os Itens 1 e 2 do presente certame, a CONTRATADA será remunerada pelo quantitativo bruto de *Terabytes* multiplicado pelo valor unitário contratado. Já para os serviços do Item 3, a CONTRATADA será remunerada pela quantidade de perfis demandados e que prestaram efetivo serviço no mês multiplicado pelo valor unitário do respectivo item.

7.4.2. Após a entrega das subscrições (Itens 1 e 2), o Preposto Contratual emitirá Relatório de Entrega e Instalação referente às soluções contratadas.

7.4.3. Para os serviços especializados (Item 3), a CONTRATADA será remunerada, a cada ciclo mensal, pelo valor unitário do perfil/mês contratado multiplicado pelo total de perfis profissionais efetivamente utilizados no ciclo mensal da Ordem de Serviço.

7.4.3.1. Em um dado ciclo mensal, cada perfil/mês corresponde ao volume de serviços equivalente ao esforço realizado por um único profissional em uma jornada de 8 horas diárias. A quantidade de perfis/mês utilizados pode ser fracionária, e independe da quantidade de profissionais alocados para execução dos serviços. Ela depende somente do volume de serviços efetivamente solicitados e entregues. Demais informações sobre a caracterização da unidade Perfil/Mês constam no Anexo B deste documento.

7.4.4. Para os serviços especializados (Item 3), mensalmente, o Preposto Contratual emitirá, para cada ordem de serviço, um Relatório Gerencial de Serviços referente ao ciclo mensal correspondente. Este relatório conterá a lista das atividades e dos produtos e serviços entregues, a data de entrega e os perfis profissionais utilizados na Ordem de Serviço.

7.4.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

7.4.5.1. Ao final de cada Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações contratuais.

7.4.5.2. O CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.4.5.2.1. Para efeito de recebimento provisório, o Fiscal Técnico do Contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

7.4.5.2.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização indicar, caso necessário, redimensionamento de pagamento conforme o cálculo do indicador de resultado da CONTRATADA.

7.4.5.2.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão das demandas registradas no sistema de controle das demandas e atividades.

7.4.5.3. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, os fiscais do contrato deverão elaborar e assinar o Termo de Recebimento Provisório, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.4.5.4. No prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento provisório, os fiscais do contrato deverão providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

7.4.5.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada durante a fase de fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.4.5.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas, encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.4.6. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, o Gestor do Contrato comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal/Fatura, com o valor dimensionado pela fiscalização.

7.4.7. O CONTRATANTE deverá realizar o ateste da Nota Fiscal/Fatura no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do seu recebimento.

7.4.7.1. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir do atesto da Nota Fiscal/Fatura.

7.4.8. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7.4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.5. **Garantia da Execução**

7.5.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.5.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.5.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.5.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.5.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7.5.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.5.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.5.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.5.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

7.5.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

7.5.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.5.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.5.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

7.5.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo nº 827 do Código Civil.

7.5.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.5.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.5.11. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.5.12. Será considerada extinta a garantia:

7.5.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.5.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.5.12.3. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

7.5.12.4. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

7.5.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do

Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

7.5.13.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.5.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VI-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de preços da contratação foi elaborada de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020^[1], e suas atualizações, observando-se, em especial, as disposições do seu art. 5º. Abaixo seguem os valores estimados para a presente contratação:

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Métrica ou Unidade	Valor Unitário (Estimado)	Valor Anual (Estimado)
1	Subscrição de software de mascaramento de dados	16	Terabyte (TB)	R\$ 492.844,34	R\$ 7.885.509,50
2	Subscrição de software de controle de dados dinâmicos	16	Terabyte (TB)	R\$ 418.856,85	R\$ 6.701.709,57
3	Serviços especializados de consultoria e apoio na utilização da solução	48	Perfil/Mês	R\$ 26.937,23	R\$ 1.292.987,14
TOTAL					R\$ 15.880.206,21

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. Fonte de Recursos

9.1.1. As despesas decorrentes dos serviços, objeto desta contratação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Ministério da Cidadania.

9.1.2. Plano Interno (PI) M20004160BY.

9.2. Cronograma físico-financeiro

9.2.1. Para os Itens 1 e 2 da presente contratação, a estimativa de tempo e desembolso deverá seguir o cronograma físico-financeiro abaixo, considerando que todos os prazos de execução são contados a partir da data de assinatura do contrato:

Item	Atividade	Produto ou Serviço	Resultados Esperados	Prazo de Execução	% para Desembolso
1	Entrega da subscrição de software de mascaramento de dados	Subscrição do software	Software ativado e funcionalidades disponibilizadas	20 dias	100%
2	Entrega da subscrição de software de controle de dados dinâmicos	Subscrição do software	Software ativado e funcionalidades disponibilizadas	20 dias	100%

9.2.2. Tendo em vista a natureza dos serviços do Item 3 da presente contratação (execução sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra), é esperado que o consumo do saldo contratual ocorra de forma irregular durante toda a vigência do contrato. O CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, garante à CONTRATADA um compromisso de quantitativo mínimo mensal de prestação de serviços, devendo a CONTRATADA adequar os seus recursos observado o volume médio de demandas. Neste sentido, não se aplica a elaboração de um cronograma físico-financeiro para este Item uma vez que a distribuição da execução no decorrer da vigência contratual pode variar significativamente.

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

11. REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços previstos na presente contratação nos termos do art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993 e do art. 53, da IN nº 05/2017 SEGES/MP, desde que solicitado pelas empresas contratadas, e desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

11.1.1. O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado, para o primeiro reajuste, a partir da data do orçamento ao qual a proposta se referir e, para os reajustes subsequentes ao primeiro, a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.

11.2. Quando ocorrer, o reajuste se dará com base na variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI) ocorrida no período, ou por outro índice que o venha a substituir. Tal índice é mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no endereço eletrônico <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/icti/>.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Proposta de Preço

12.1.1. A proposta de preços deverá ser apresentada, contendo o resumo da proposta de preços e observando estritamente a descrição dos itens e os quantitativos listados no item 2.3 deste Termo de Referência de forma a garantir a sua exequibilidade e permitir seu julgamento. A proposta de preços deverá ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a partir da data da sessão pública.

12.1.2. A licitante deverá declarar, no momento de sua proposta, que possui capacidade técnica adequada para executar o objeto da licitação, atendendo aos critérios de qualidade e aos níveis de serviço exigidos, cumprindo os requisitos especificados para a presente contratação.

12.1.3. Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas direta e indiretamente envolvidas na execução dos serviços, tais como transporte, seguros, salários, encargos sociais, encargos fiscais e taxas comerciais, impostos, taxas de contribuição, tarifas públicas e quaisquer outros custos, quando aplicáveis, necessários ao integral cumprimento do objeto contratado. Deverão estar contidos ainda todos os custos marginais referentes aos profissionais designados para a prestação dos serviços, tais como deslocamentos, hospedagens, treinamentos e etc.

12.1.4. A proposta deverá ser redigida em Língua Portuguesa (pt-BR), salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, sendo clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, com todos os preços expressos em Reais (R\$) e declaração expressa de que os serviços ofertados atendem aos requisitos técnicos especificados no Termo de Referência.

12.1.5. A licitante é a única responsável pelas informações sobre tributos. Não caberá qualquer reivindicação para majoração de preço em virtude de possíveis equívocos cometidos. Efetuar-se-á a devida correção quando houver alteração da respectiva legislação tributária que rege a operação objeto do instrumento contratual, após a data estabelecida para apresentação da proposta.

12.1.6. A licitante deverá encaminhar, junto à proposta de preços, uma Planilha de Custos e Formação de Preços dos serviços objeto da proposta em nível de detalhamento que permita a identificação dos recursos produtivos utilizados (insumos), com as respectivas quantidades e custos unitários e totais, a exemplo da Planilha de Custos e Formação de Preços de que trata o item XV do Anexo I da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

12.1.7. A licitante deverá encaminhar, junto à proposta de preços, uma declaração de que instalará escritório na cidade de Brasília, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do Anexo VII da IN SEGES/MP nº 5/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

12.2. Natureza dos Bens e/ou Serviços

12.2.1. A presente contratação pode ser objetivamente especificada por meio de padrões usuais de mercado. Desta forma, o objeto pode ser classificado como bem comum, segundo a Lei nº 10.520/2002 em seu art. 1º e Parágrafo único, in verbis:

"Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."

12.2.2. Ademais, os serviços a serem contratados não se enquadram naqueles previstos no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, quais sejam:

12.2.2.1. Que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

12.2.2.2. Que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

12.2.2.3. Que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

12.2.2.4. Que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

12.2.3. Tratam-se de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

12.3. Regime, Tipo, Modalidade da Licitação e Critério de Julgamento

12.3.1. O regime da execução do contrato será por preço unitário, e o tipo e critério de julgamento da licitação será o menor preço global para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

12.3.2. De acordo com o Art. 5º do Decreto nº 10.024/2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço.

12.3.3. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de serviços baseia-se em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los.

12.3.4. Considerando a natureza dos serviços e o disposto no § único do art. 25 da Instrução Normativa/SGD nº 01/2019, a licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço observando, como critério de julgamento, o valor por Grupo.

12.3.5. O agrupamento e adjudicação em Grupo é lícito^[1], desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si. É certo que, conforme disserta o Acórdão do TCU nº 861/2013, o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatuto constitucional e deve ser buscada pela administração pública.

12.3.6. Ao se admitir diversos fornecedores, além da perda de uniformidade e padronização da solução, corre-se o risco de haver descompasso no fornecimento dos itens, além da elevação da complexidade dos procedimentos de gestão contratual. Por outro lado, a admissão da adjudicação por item, desconfigura a caracterização da solução de Tecnologia da Informação, vez que há riscos de perda da capacidade de integração dos serviços, do potencial de compartilhamento de recursos e de descaracterização do objeto da licitação.

12.4. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

12.4.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, que se beneficiarem do regime diferenciado e favorecido concedido pela Lei Complementar nº 123/2006, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

12.5. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

12.5.1. Para a qualificação técnica do presente certame, as licitantes deverão apresentar atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) a disponibilização de solução de software de mascaramento e controle de dados dinâmicos, aplicada sobre um volume mínimo de 6 (seis) *Terabytes* de dados brutos, bem como a execução satisfatória de serviços subjacentes de instalação, configuração suporte desta solução.

12.5.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

12.5.1.2. Para a comprovação da experiência, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017;

12.5.1.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivalet, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017;

12.5.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017;

12.5.2. A CONTRATANTE poderá, a seu critério, solicitar esclarecimentos e/ou documentos comprobatórios e, ainda, efetuar diligências, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, a fim de verificar as informações constantes dos atestados.

12.5.2.1. A recusa do emitente do atestado em prestar esclarecimentos e/ou fornecer documentos comprobatórios, ou sofrer diligências, desconstituirá o(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica e poderá, inclusive, configurar prática de falsidade ideológica ensejando comunicação ao Ministério Público Federal e abertura de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o caso, para fins de apuração de responsabilidades.

12.5.3. No caso de atestados emitidos por empresas privadas, não serão válidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a empresa emitente ou empresa licitante.

12.6. Prova de Conceito

12.6.1. Na fase da aceitabilidade da proposta, após a fase de lances, será exigido da licitante classificada em primeiro lugar, prova de conceito por meio de apresentação da solução proposta que valide os requisitos do objeto.

12.6.2. A apresentação da solução será realizada ao vivo por meio de plataforma de videoconferência pela internet, sob as custas e responsabilidade da arrematante.

12.6.3. A licitante apresentará para a equipe técnica do CONTRATANTE a solução da mesma versão, marca e fabricante que será entregue à contratante.

12.6.4. A equipe técnica do CONTRATANTE solicitará ao apresentador da licitante que demonstre na ferramenta cada requisito listado no Anexo A (Requisitos Técnicos e Funcionais da Solução) deste documento.

12.6.5. Não serão aceitas apresentações em vídeos pré-gravados para fins da demonstração. A apresentação deve ser realizada por meio de videoconferência, pela internet, em plataforma segura e de bom desempenho.

12.6.6. A licitante terá prazo de até 5 (cinco) dias após a fase de lances para realizar a apresentação remota da solução, sendo a supervisão da prova de conceito realizada pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação.

12.6.7. A licitante deverá colocar à disposição da contratante todas as documentações técnicas disponíveis e necessárias para auxiliar a apresentação e o entendimento da solução apresentada.

12.6.8. A solução apresentada pela licitante será aprovada caso os requisitos avaliados durante a prova de conceito estejam em conformidade com o que estabelece o presente documento. Será recusada a proposta da arrematante cuja solução apresentada possua quaisquer desconformidades com os requisitos exigidos neste termo de referência.

12.7. Participação de consórcios

12.7.1. Não será admitida a participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, assim como não será permitida a participação de cooperativas.

12.7.2. Com vistas a subsidiar o entendimento a respeito da participação de consórcios em licitações públicas, transcrevemos, abaixo, comentário do Professor Marçal Justen Filho sobre o assunto:

...A complexidade dos objetos licitados determina a natureza do consórcio. Usualmente, há consórcios heterogêneos quando a execução do objeto pressupõe multiplicidade de atividades empresariais distintas. Isso se passa especialmente no tocante a concessões de serviço público. Nesses casos, a ausência de permissão de consórcios produziria enormes dificuldades para participação no certame. Configura-se hipótese em que admitir participação de consórcios é imprescindível, sob pena de inviabilizar a competição. (Justen Filho, Marçal, Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005. p. 360).

12.7.3. Desta forma, resta claro que a participação de consórcios em certames licitatórios somente se torna "obrigatória" quando o objeto a ser licitado pressuponha heterogeneidade de atividades empresariais, sendo que, sua não inclusão, resultaria em restrição da competitividade. Assim, a Administração Pública ao vedar a participação de consórcio procura manter a unidade do sistema, eis que o Termo de Referência, da forma como foi concebido demonstra a existência de uma unidade conceitual que perpassa toda a contratação. Assim, vale dizer que somente a empresa que estiver envolvida e for responsável pela totalidade do

objeto será conhecedora, de forma suficiente, de todas as questões pertinentes, estando apta a apresentar os serviços de forma satisfatória.

12.7.4. A opção pela participação ou não de empresas em consórcios encontra-se na esfera da discricionariedade administrativa, a qual contempla o exame da conveniência e oportunidade do ato administrativo. Se o ato é vinculado, é porque o legislador pré-estabeleceu, o que não ocorreu no caso presente. No caso em questão, a lei não estabelece disposição expressa exigindo a admissão de consórcios, mas deixa ao administrador a possibilidade de verificar as hipóteses em que esta seria admissível, o que se depreende do art. 33, caput, da Lei nº 8.666/93: "Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio (...)".

12.7.5. Sobre a participação de cooperativas nas licitações públicas, transcrevemos, abaixo, súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União (TCU):

Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade.

12.7.6. Logo, não será permitida a participação de empresas que estiverem reunidas em consórcio, assim como não será permitida a participação de cooperativas, qualquer que seja sua forma de constituição, dadas as características específicas da contratação em tela, as quais não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintas (heterogeneidade de atividades empresariais), e pelo fato de demandar elementos próprios da relação de emprego, com destaque para a habitualidade (jornada de trabalho) e subordinação (hierarquia) dos empregados para com a CONTRATADA.

12.8. Permissão de subcontratação

12.8.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, quando for necessário o envolvimento do fabricante da solução para fins de prestação de serviços para solução de problemas ou para implementação de projetos.

12.8.2. A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

12.8.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E APROVAÇÃO

13.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 562, de 29 de setembro de 2021, juntamente com a autoridade máxima da área de Tecnologia da Informação aprovam o presente Termo de Referência.

JULIANA ROCHA MUNITA MOREIRA
Integrante Requisitante

FELIPE VELTER TELES
Integrante Técnico

FRANCISCO DE FREITAS TELES NETO
Integrante Administrativo

DANIEL PORTILHO TRONCOSO
Subsecretário Adjunto de Tecnologia da Informação

[1] Acórdão TCU 5.260/2011-1ª Câmara

[1] <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-73-de-5-de-agosto-de-2020-270711836>*



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Velter Teles, Integrante Técnico**, em 16/12/2021, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Freitas Teles Neto, Integrante Administrativo**, em 16/12/2021, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Portilho Troncoso, Subsecretário(a) de Tecnologia da Informação, Adjunto**, em 16/12/2021, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Rocha Munita Moreira, Coordenador(a)**, em 16/12/2021, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



ANEXO A

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO

1. Permitir que os usuários obtenham os dados de que precisam, quando precisam, de forma intuitiva, prática, flexível e célere, a ponto de ser realizada por usuários finais, e de forma a consumir o mínimo de espaço possível.
2. Apresentar cópias de dados reais, com dados sensíveis anonimizados, isolados do ambiente produtivo, garantindo assim a máxima fidelidade e usabilidade dos dados para fins de desenvolvimento, teste, análises de negócio ou qualquer outro caso em que o dado real (todo ou em parte) não seja necessário, contemplando minimamente informações referentes aos documentos e endereços nacionais.
3. Possuir interface simples e voltada ao usuário final, não necessitando de conhecimento técnico ou de sistemas operacionais ou de bancos de dados pelos usuários finais, bem como permitir que o usuário final opere sua própria cópia de banco de dados, possibilitando, no mínimo, as seguintes operações: restauração da cópia com dados em ponto-do-tempo e marcação da cópia para restauração em ponto de controle.
4. Apresentar, como resultado final de uma nova cópia de banco de dados, um novo banco de dados aberto e em funcionamento, mascarado ou não, segundo políticas configuradas pelo Ministério, sem necessidade de intervenção direta de administradores de bancos de dados para apresentação ao usuário final.
5. Permitir que sejam criadas cópias de bancos de dados com base em outras cópias já existentes, mascaradas ou não, segundo políticas de acesso, e não apenas baseadas em cópias diretas do banco de dados de produção.
6. Não aumentar o volume inicial de sua origem, qual seja, com campos sensíveis ou confidenciais mascarados ou não segundo políticas determinadas pelo Ministério.
7. Todas as operações descritas nos itens anteriores devem também fornecer a opção de escolher um determinado ponto no tempo a partir do qual a cópia será feita.
8. As operações de provisionamento de cópias e restauração de cópias não devem necessitar de intervenção direta pela equipe de bancos de dados, salvo em casos excepcionais.
9. Permitir a realização do mascaramento concomitantemente ao processo de provisionamento de cópias virtuais de dados, sendo garantido que caso o processo de mascaramento falhe, o provisionamento seja interrompido, revertendo para o último mascaramento bem-sucedido disponível, não permitindo a apresentação de dados parcialmente mascarados, impedindo a distribuição de cópias com dados sensíveis.
10. Ser capaz de permitir o funcionamento de cópias de bancos de dados (mascaradas ou não) mantendo seus arquivos nos discos da própria ferramenta.
11. Apresentar um endereçamento ágil da proteção de dados sensíveis em ambientes não produtivos.
12. Possuir, de forma integrada, as funcionalidades de identificação de dados sensíveis, de mascaramento e distribuição de cópias fiéis de dados, e de anonimização de informações sensíveis ou confidenciais.
13. Cadeias aleatórias de caracteres não serão permitidas como método de anonimização dos dados.
14. Possuir capacidade de identificar e mascarar automaticamente os diferentes tipos de documentos, mesmo quando misturados em um mesmo campo, sem a necessidade de intervenção manual do usuário.
15. Possuir flexibilidade de mascaramento de endereços, sendo possível configurar facilmente através de interface gráfica *Web* quais campos serão alterados ou não (logradouro, bairro, cidade, estado, país, CEP), mantendo consistência dos dados quando for pertinente (por exemplo, gerando CEP e Cidade válidos para um determinado Estado).
16. Apresentar cópias com diferentes níveis de mascaramento, a ser definido pelos perfis de acesso, sem impactar o tempo de apresentação dos dados para o usuário final. Exemplo: para fins de análise de negócio, podem ser mantidos intactos dados referentes a valores e localização, porém anonimizadas informações pessoais como nomes e documentos. Para fins de desenvolvimento e teste por uma fábrica de software, todos os dados devem ser anonimizados, porém realistas (nome, endereço, documento, valores etc.)
17. Distribuir diversas cópias de dados mascarados sem impacto no tempo de apresentação ou necessidade de realizar o processo de mascaramento novamente.
18. Possuir processos para administração da distribuição e mascaramento integrados e centralizados.
19. Ser capaz de executar o processo de mascaramento repetidas vezes, e de maneira consistente.
20. Ser capaz de proteger dados confidenciais através de mecanismo de tokenização, para fins de backup, réplicas através de redes públicas ou qualquer tipo de transporte de dados.
21. Ter função de replicação e apresentação ágil de cópias protegidas entre diferentes Data Centers e/ou plataformas de nuvem, com graus configuráveis de proteção e anonimização de dados, segundo políticas de segurança definidas pelo Ministério.
22. Prover agilidade e controle de versões dos dados, trazendo para essa camada os conceitos de bookmarks, branches, rollback e compartilhamento.
23. Otimizar a utilização da infraestrutura de tecnologia existente, permitindo maior densidade de dados em menos servidores, com indicadores claros e de comum conhecimento pela área de TI.
24. Permitir a realização do mascaramento irreversível do dado (sobrescrição do dado).

25. Possuir rastreabilidade (na mesma ferramenta) por meio da geração automática de relatórios e alertas para garantir que todos os dados sensíveis foram mascarados.
26. Permitir o envio automático de mensagens eletrônicas ao término da operação de cópia avisando o término da operação.
27. Possuir integridade referencial, que consiste na identificação e mascaramento de dados consistentes entre ambientes de dados heterogêneos.
28. Garantir a integridade referencial dos dados sem a necessidade de declaração de modelo relacional, nem formalização de chaves referenciais.
29. Garantir imprevisibilidade e aleatoriedade da geração dos novos dados através da renovação de chaves criptográficas sob demanda.
30. Criar cópias de bancos de dados sem a obrigatoriedade de aquisição ou utilização direta de outras ferramentas de backup própria ou de terceiros.
31. Apresentar bancos de dados em poucos servidores, consolidando infraestrutura de ambientes não produtivos.
32. Permitir que o provisionamento ou atualização de cópias de dados afetem minimamente o desempenho de servidores de produção.
33. Suportar ambientes de dados heterogêneos, provendo a compatibilidade com as diversas plataformas de dados, sem cobrança adicional por conectores.
34. Realizar cópias de dados, estruturados ou não, com eficiência de armazenamento, não devendo um mesmo bloco ser armazenado em disco mais de uma vez, segundo o conceito de deduplicação.
35. Compartilhar dados entre cópias, ou seja, dados comuns entre cópias de dados não devem ser duplicados. O compartilhamento de dados entre cópias significa que cópias idênticas de um mesmo conjunto de dados devem sempre ocupar o mesmo espaço em disco, e não múltiplas vezes o volume de dados (que teriam caso fossem cópias tradicionais).
36. Ter, para qualquer grupo de dados gerenciado pela solução, a funcionalidade de recomposição para um momento de tempo (rollback).
37. Permitir a criação de cópias-mestres (versões de armazenamento temporário), mascaradas ou não, para uso posterior em clone de bases de acordo com a necessidades do usuário.
38. Deve fornecer uma SDK para estender suporte a outras plataformas não especificadas neste documento que o Ministério venha a usar no futuro.
39. Deve eliminar ou reduzir a quantidade de blocos temporários ou vazios, filtrando os dados que serão preservados e otimizando consumo de espaço de armazenamento de bancos de dados nos ambientes gerenciados pela ferramenta.
40. Suportar uma arquitetura de alta disponibilidade e redundância através de replicação dos ambientes de dados.
41. Possuir capacidade de replicar dados mascarados de forma seletiva, sendo possível excluir dados não mascarados.
42. Possibilitar, em caso de indisponibilidade da solução, ordenar o chaveamento para uma réplica pré-configurada de todos os ambientes de dados suportados pela ferramenta.
43. Criar agrupamento lógico de objetos de dados distintos (exemplo: aplicações, bancos de dados e diretórios de arquivos não-estruturados) para apresentação consistente de cópias completas dos dados, no mesmo ponto no tempo, respeitando as regras de proteção de dados estabelecidas.
44. Permitir a execução de rotinas periódicas de cópia, refresh, rewind, mascaramento, entre outras, a nível de objeto ou de grupos de objetos, por meio de agendamentos internos ou externos.
45. Permitir integração aos principais provedores de nuvens públicas e privadas.
46. Permitir replicar os dados de maneira segura e completa ou incremental, entre ambientes geograficamente distantes.
47. Permitir uma replicação seletiva, sendo possível criar uma segregação entre ambientes produtivos e de desenvolvimento, homologação ou testes, para garantir que dados sensíveis não sejam transmitidos para fora de ambientes controlados.
48. Permitir gerar relatórios em tempo real para auditoria e verificação de conformidade dos dados, possuindo perfil específico para gerenciamento por equipes de compliance e auditoria.
49. Possuir funcionalidades de backup e restore completas, com point-in-time recovery, para minimizar janelas de recuperação.
50. Deve manter cópias de dados por diferentes períodos de retenção para backups de banco de dados, bem como o conteúdo do sistema de arquivos.
51. Deve ser capaz de criar automaticamente backups ou pontos de restauração (snapshots) das cópias de dados gerenciadas pela solução.
52. Fornecer acesso por interface de linha de comando, bem como API RESTful, para integração com outros programas utilizados pelo Ministério, como orquestrador de Integração e Entregas Contínuas (CI/CD), automação (DevOps) ou Gerenciadores de Chamados.
53. Expor interfaces para permitir automatizar ou customizar processos, por meio da criação e execução de scripts personalizados antes e ou após determinada ação, como por exemplo após o refresh dos dados ou antes do provisionamento dos dados. Tais scripts devem suportar linguagens comuns de mercado, como Shell Script ou SQL.
54. Possuir interface *Web*, sem necessidade de distribuição e instalação de programa cliente nos computadores dos usuários finais e independente das tecnologias *Java* ou *Flash*, por questão de compatibilidade com browsers modernos.
55. Fornecer interface específica para consumidores finais dos dados (desenvolvedores, analistas de testes, analistas de dados, parceiros, entre outros) gerirem o ciclo de vida de ambientes de dados, sem a necessidade de conhecimento específico da plataforma de dados em uso.
56. Permitir que as fotografias (*snapshots*) do banco de dados sejam feitas pelo consumidor

final, sob demanda, de maneira recorrente ou automática, sem necessidade de intervenção ou auxílio de um administrador de bancos de dados.

57. Garantir o uso simultâneo da solução por múltiplos operadores, com controle de perfis e permissões.
58. Exibir estatísticas de uso operacional, limites de capacidade de armazenamento, gráficos de performance e rastreabilidade de operações executadas.
59. Ser capaz de se integrar com qualquer tecnologia de armazenamento (*storage*) já utilizada pela contratante.
60. Suportar modelo de virtualização em *Data Centers* próprios, Nuvens ou modelos híbridos, sem a necessidade de acessos remotos ou componentes externos à rede interna da contratante, salvo em necessidade de suporte técnico remoto, atualizações, ou validação de licenciamento.
61. Ser compatível com no mínimo as seguintes versões de bancos de dados: Oracle Database Standard Edition; Oracle Database Enterprise Edition; Versões do banco de dados Oracle: 10g, 11g, 12c, 18c e PDB nas formas de armazenamento ASM e Físico; Microsoft SQL Server 2012 ou superior; Postgres 9.4 ou superior; MySQL 5.5 ou superior;
62. Suportar nativamente a integração com sistema de autenticação LDAP.

ANEXO B

ORIENTAÇÕES SOBRE O MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Caracterização da unidade Perfil/Mês

1.1. Para fins do presente modelo de prestação de serviços bem como do modelo de remuneração, um **perfil/mês** é o volume de trabalho equivalente ao esforço realizado por um único profissional, para um único ciclo mensal, em uma jornada de 8 horas diárias, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

1.2. Isso significa que o volume de trabalho a ser tomado como referência dependerá da quantidade de dias úteis do ciclo mensal em questão, ou seja, em um mês de 21 dias úteis é esperado um volume de trabalho equivalente a 168 horas. Além disso, a presente unidade de medida depende do horário e do local de execução dos serviços, bem como da quantidade de profissionais (pessoas) alocadas para execução dos serviços. Deste modo, um único perfil/mês pode ser executado por um ou mais profissionais, desde que o volume de atividades possua um esforço equivalente ao estabelecido acima.

1.3. Por exemplo, se ao final de um ciclo mensal de 21 dias úteis for verificado que o volume de serviços entregues é equivalente a 252 horas de serviço, então, independentemente da quantidade de profissionais que atuaram na confecção dos produtos e serviços, o valor do ciclo mensal em questão corresponde a 1,5 perfil/mês.

2. Caracterização das atividades do Plano de Trabalho

2.1. Após a abertura de cada OS, será necessário confeccionar um Plano de Trabalho contendo, para cada ciclo mensal previsto, a **lista de atividades** a serem desempenhadas, bem como a lista de produtos a serem entregues. Além disso, esse Plano de Trabalho deverá conter uma estimativa da quantidade de perfis/mês a serem consumidos na OS.

2.2. Para estimar a quantidade de perfis/mês a serem consumidos na OS bastaria a estimativa global em horas dos serviços a serem realizados a cada ciclo mensal. Entretanto, a quantidade de atividades será utilizada para o cálculo dos indicadores de produtividade (ID2) e qualidade (ID3) previstos no item 7.3 deste documento, de forma que será importante que a divisão da demanda como um todo em atividades menores seja adequada à aplicação desses indicadores.

2.3. As atividades devem ser pensadas como tarefas individuais, realizadas de forma atômica e incremental. Via de regra, nenhuma atividade deve ter mais de 16 horas de trabalho (na estimativa mais provável). Quando alguma unidade de trabalho for estimada acima do limite de 16 horas, é necessário fazer uma divisão em partes menores e elaborar uma nova estimativa.

2.4. Toda atividade deve ter um propósito e, portanto, deve possuir produto associado, mesmo que esse produto faça parte de um outro produto maior no futuro. Uma demanda muito grande pode ser dividida em atividades incrementais, onde a atividade subsequente depende do produto confeccionado na atividade anterior, de forma que tal dependência seja refletida no cronograma contido no Plano de Trabalho.

2.4.1. Por exemplo, uma atividade voltada para ingerir conjuntos de dados do ambiente de origem pode ser suficientemente grande a depender do conjunto de bases de dados a serem ingeridas. Neste caso, é possível dividir o volume de serviços em atividades menores, separando as bases de dados por negócio ou por tecnologia, criando atividades incrementais.

2.5. A avaliação das atividades seguirá a prática de entrega contínua (*continuous delivery*), de forma que as atividades serão constantemente entregues para homologação. As atividades rejeitadas serão movidas para os ciclos mensais seguintes, afetando os respectivos indicadores de Níveis Mínimos de Serviço previstos no item 7.3 deste documento.

3. Estimativas de Esforço e Prazo

3.1. A estimativa de esforço em horas das atividades realizadas a cada ciclo mensal será essencial para estimar a quantidade de perfis/mês a serem consumidos na OS. Deste modo foi proposta acima uma orientação para divisão das atividades com objetivo de fragmentar as tarefas e facilitar a estimativa do esforço em horas.

3.2. O presente modelo de prestação de serviços parte do princípio de que não se conhece, até o presente momento, métrica derivada do produto de TI que, por si só, seja adequada para fins de pagamento. Além disso, não existe registro histórico no âmbito do CONTRATANTE acerca de serviços que sejam suficientemente similares ao da presente contratação e que permita a construção de um catálogo de serviços em Unidade de Serviço Técnico (UST) nos moldes das recomendações exaradas pelo Acórdão nº 2037/2019–TCU–

Plenário. Destaca-se que tal acórdão conclui que serviços pagos nas métricas que usualmente vinham sendo utilizadas nas contratações de TI, tal como a UST, podem não trazer resultados satisfatórios.

3.3. As estimativas previstas deverão seguir uma metodologia documentada no Plano de Trabalho e aprovada pelo CONTRATANTE, sem prejuízo de que seja exigido da CONTRATADA a demonstração da adequabilidade das suas estimativas com base em registro histórico de execução anterior de serviços similares. Além disso, o próprio CONTRATANTE poderá validar as informações com em outras contratações existentes na casa, quando for possível, ou mesmo em outros órgãos públicos.

3.4. Durante a execução dos serviços técnicos especializados, a CONTRATADA deverá catalogar as atividades mais frequentemente realizadas e registrar o esforço médio em horas aferido **ao final da execução**. Quando uma atividade já catalogada for demandada novamente, as estimativas de esforço e prazo contidas no Plano de Trabalho devem ser compatíveis com os valores já catalogados. Além disso, caso a aferição final do esforço seja diferente dos valores já catalogados por uma diferença superior a 10%, será necessário apresentar uma justificativa para o fato no Relatório Gerencial de Serviços.

3.5. Para as atividades ainda não catalogadas, deverá ser utilizado os métodos PERT (*Program Evaluation and Review Technique*) e CPM (*Critical Path Method*) para estimar o esforço e a duração dos serviços, conforme metodologia padronizada abaixo.

3.5.1. Isso se aplica às primeiras iterações de atividades para definição do Plano de Trabalho e da primeira Ordem de Serviço, descrito nos itens 3.1 e 3.2, acima.

3.6. Análise PERT/CPM

3.6.1. A primeira etapa é determinar as tarefas ou atividades a serem realizadas no ciclo mensal da Ordem de Serviço, bem como estabelecer a ordem em que elas devem ser concluídas e a relação de precedência, conforme a tabela abaixo:

Tarefa ou Atividade	Predecessora	Produtos
A	—	Produto A
B	A	Produto B
C	A	Produto C
D	B, C	Produto D
E	C	Produto E
F	D, E	Produto F

3.6.2. No exemplo acima, existem seis tarefas, rotuladas de A a F. Algumas tarefas podem ser executadas simultaneamente (B e C, por exemplo), enquanto outras não podem ser realizadas até que a tarefa predecessora esteja concluída (F não pode começar até D e E sejam concluídas).

3.6.3. Em seguida, para cada atividade, deverá ser estabelecido a duração em horas baseando-se em três estimativas: otimista, pessimista e mais provável. Estas estimativas reduzem as chances de falha na implementação de novos projetos por meio de estimativas que demonstram os riscos. A seguinte orientação deve ser seguida:

- Otimista: o tempo mínimo possível necessário para realizar uma atividade, assumindo que tudo prossegue melhor do que o normalmente esperado;
- Pessimista: o tempo máximo possível necessário para realizar uma atividade, assumindo que tudo dá errado (mas excluindo grandes catástrofes);
- Mais Provável: a melhor estimativa do tempo necessário para realizar uma atividade, supondo que tudo ocorra normalmente.

3.6.4. Após definido a duração total de cada tarefa/atividade nas três perspectivas, a média ponderada dos três nos dará a duração estimada real, com base na seguinte expressão:

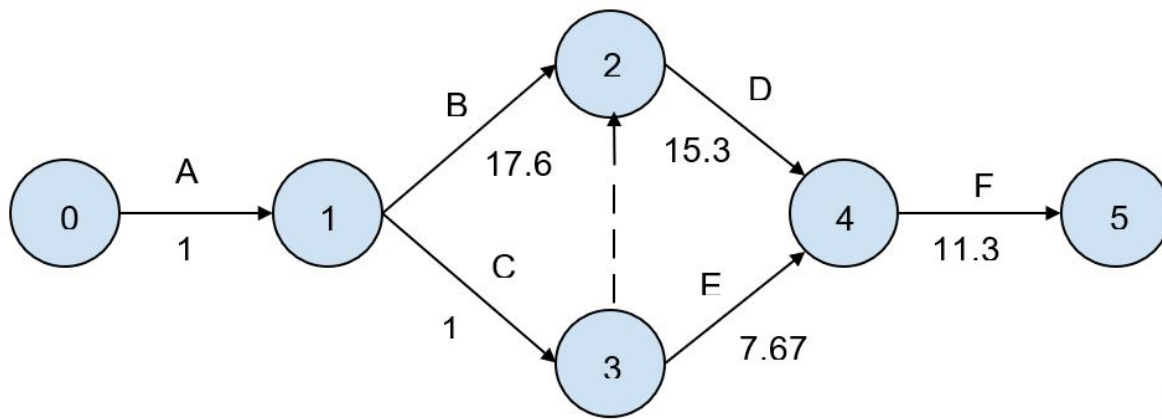
$$\bullet \text{ Duração Estimada Real} = (\text{Pessimista} + 4 \times \text{Mais Provável} + \text{Otimista}) \div 6$$

3.6.5. O resultado da análise segue exemplificado na tabela abaixo:

Tarefa ou Atividade	Predecessora	Duração estimada em Horas, para cada perspectiva			Duração Estimada Real
		Otimista (o)	Mais Provável (n)	Pessimista (p)	
A	—	8,00	12,00	16,00	12,00
B	A	10,00	16,00	32,00	17,67
C	A	12,00	16,00	20,00	16,00
D	B, C	10,00	16,00	18,00	15,33
E	C	4,00	8,00	10,00	7,67
F	D, E	6,00	12,00	14,00	11,33

3.6.6. Para definir o esforço estimado da Ordem de Serviço, é necessário efetuar o somatório da coluna "Duração Estimada Real", o que, no presente exemplo, resultaria em 80 Horas. Para esta estimativa, considerando um ciclo mensal de 22 dias úteis, teríamos que 1 perfil/mês seria equivalente a 176 horas, e que o volume de horas da tabela acima (80) seria correspondente a 45,45% de um perfil/mês.

3.6.7. Para definir os prazos ou duração estimada do exemplo acima, é necessário estabelecer o caminho crítico das tarefas/atividades, percorrendo os nós cujo somatório dos tempos condiciona a maior duração. Para exemplificar, segue abaixo a determinação de um caminho crítico:



3.6.8. O diagrama representa um projeto com 6 tarefas descritas da seguinte forma: A, B, C, D, E e F são as tarefas a serem executadas. Sendo assim, percebemos que a atividade A é a inicial, as atividades B e C são as seguintes atividades e devem ser realizadas simultaneamente. Para que B e C iniciem, é necessário primeiramente finalizar a atividade A. Este momento é representado pelo nó (ou círculo) 1. Observe também que cada atividade é acompanhada por um número, ele representa a duração em horas que a tarefa necessita para ser executada. Ainda neste exemplo, podemos perceber que a atividade D só pode ser iniciada depois do término das atividades B e C. Essa dependência é marcada pela flecha pontilhada.

3.6.9. Neste exemplo, temos 3 (três) caminhos de atividades para chegar do evento 0 ao evento 5:

- A – B – D – F, com duração total de 56,33 horas;
- A – C – E – F, com duração total de 47 horas;
- A – B – flecha imaginária – E – F, com duração total de 48,67 horas.

3.6.10. Pode-se observar que a o primeiro caminho apresenta duração superior aos demais e é este que condiciona o projeto, sendo assim o caminho crítico. Sendo assim, a duração estimada do exemplo acima é de 56,33 horas.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Esplanada dos Ministérios, Bloco 'A', - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70046-900
www.cidadania.gov.br

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o MINISTÉRIO DA CIDADANIA, sediado em Esplanada dos Ministérios – Bloco A – CEP 70050-902 – Brasília/DF, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **<NOME DA EMPRESA>**, sediada em **<ENDEREÇO>**, CNPJ nº **<Nº do CNPJ>**, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Esplanada dos Ministérios, Bloco 'A', - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70046-900

www.cidadania.gov.br

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Esplanada dos Ministérios, Bloco 'A', - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70046-900

www.cidadania.gov.br

CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Esplanada dos Ministérios, Bloco 'A', - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70046-900

www.cidadania.gov.br

divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Esplanada dos Ministérios, Bloco 'A', - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70046-900
www.cidadania.gov.br

e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro de Brasília/DF, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Esplanada dos Ministérios, Bloco 'A', - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70046-900
www.cidadania.gov.br

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</div>
TESTEMUNHAS	
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

<ESPAÇO DESTINADO À IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE>

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e da Política de Segurança da Informação e Privacidade e de suas normas complementares vigentes no Ministério da Cidadania.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 1/2019.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e da Política de Segurança da Informação e Privacidade e de suas normas complementares vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
...

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PROCESSO Nº 71000.063315/2021-49

MINUTA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____, QUE
CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, REPRESENTADA
PELO MINISTÉRIO DA CIDADANIA - MC, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA-EXECUTIVA, E A
EMPRESA _____**

—.

A **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**, por intermédio da **SECRETARIA-EXECUTIVA**, com sede no Bloco “A”, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, inscrita sob o nº CNPJ sob o nº 05.756.246/0004-54, neste ato representada pelo _____, o (a) Senhor(a) _____, nomeado(a) pela Portaria nº _____, publicada no Diário Oficial da União em _____, portador(a) da matrícula SIAPE nº _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) _____ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, em _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela (o) _____, e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo nº **71000.063315/2021-49** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, , do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ____/20____, de acordo com a minuta examinada e aprovada pela Consultoria Jurídica por meio do Parecer nº ____/20____/CONJUR-MC/CGU/AGU, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de subscrição de solução de software de Mascaramento e Controle de Dados Dinâmicos, bem como contratação de serviços especializados pelo o período de 12 (doze) meses, na forma de serviços continuados, sob demanda, executados sem dedicação exclusiva de mão de obra, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

			MÉTRICA	VALOR	VALOR
--	--	--	----------------	--------------	--------------

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	OU UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Subscrição de software de mascaramento de dados	16	Terabyte (TB)		
2	Subscrição de software de controle de dados dinâmicos	16	Terabyte (TB)		
3	Serviços especializados de consultoria e apoio na utilização da solução	48	Perfil/Mês		
VALOR GLOBAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO (Total item 1 + total item 2 + valor total item 3)					

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor total da contratação é de R\$ _____.(_____).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20____, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Funcional Programática:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

SB:

Nota de Empenho:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de

Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à **CONTRATADA** interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA E/OU DIGITAL

15.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Cidadania, garantida a eficácia das Cláusulas.

15.2. Em conformidade com o disposto § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01, a assinatura deste termo pelo representante oficial da contratada, pressupõem declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.

15.3. A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado eletronicamente pelas partes contraentes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

REPRESENTANTE
Ministério da Cidadania
CONTRATANTE

REPRESENTANTE
Denominação da Contratada
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
SIAPE:

Nome:
SIAPE:



Documento assinado eletronicamente por **Ana Camila Miranda Elleres, Chefe da Divisão de Elaboração e Registros Contratuais**, em 23/11/2021, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **11583628** e o código CRC **70D98425**.